

UFRRJ

**DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

DISSERTAÇÃO

**A LUTA AGRORREFORMISTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE REFORMA AGRÁRIA (ABRA) – 1964/1974**

Juliana Gonçalves de Oliveira Ferreira

2013



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE – CPDA**

**A luta agrorreformista da Associação Brasileira de Reforma Agrária
(ABRA) – 1964/1974**

Juliana Gonçalves de Oliveira Ferreira

Sob orientação do professor

Raimundo Nonato Santos

Dissertação submetida como requisito
parcial para obtenção do grau de **Mestre**
em Ciências Sociais, no Curso de Pós-
Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade

Rio de Janeiro, RJ

Agosto de 2013

333.3181	Ferreira, Juliana Gonçalves de Oliveira
F3831	A Luta Agrorreformista da Associação Brasileira de
T	Reforma Agrária (ABRA) – 1964/1974 / Juliana Gonçalves de Oliveira Ferreira, 2013.
	130 f.
	Orientador: Raimundo Nonato Santos
	Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.
	Bibliografia: f. 80-95.
	1. Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) – Teses. 2. Reforma agrária – Teses. 3. Estatuto da Terra – Teses. 4. Contag – Teses. I. Santos, Raimundo Nonato. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

JULIANA GONÇALVES DE OLIVEIRA FERREIRA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 21 /10/2013.

Dedico a minha menina, Ynaê.

AGRADECIMENTOS

(...) mas ando e penso sempre com mais de um (...)

Mistério do Planeta, de Moraes e Galvão

Esse trabalho, que de maneira nenhuma foi solitário, implica a rememorização de muitas fases da vida para homenagear todos os culpados por essa empreitada. Esses agradecimentos não serão cronológicos e nem estarão numa ordem de importância, pois ela não existe.

À minha família, mãe, pai, irmão, tias, tios, primos e primas e aos queridos, Celinha e Ric, pelo amor e participação na formação da minha pessoa.

A todos os agrorreformistas e revolucionários da ABRA, obrigada pelo trabalho de vocês e, é claro, pelo carinho e amizade, dicas e conversas sérias e conversas fiadas.

Agradeço ao meu mestre e orientador, Raimundo. Sinceramente não esperava encontrar um professor tão paciente, incentivador e suave que, mesmo nos momentos de desespero dava o prumo das minhas ideias, da minha escrita. O encantamento constante pelas possibilidades de mudança (revolucionárias ou não) contagiou o cotidiano desses dois anos de convivência, aproveito para me desculpar pela rebeldia e birras que ocorreram, mas foi por amor e respeito pela inteligência maestral.

Aos meus amores e irmãs Ana Rita, Bia, Rita, Cuca e Aline, mesmo com cada uma em um canto do mundo, porque sem elas, tudo, tudo mesmo seria mais difícil. Obrigada pela amizade, amor, orientação, sabedoria acadêmica e de vida.

À querida Nani, pela amizade, paciência e serenidade e, leituras da dissertação.

A vivência política e intelectual da graduação (ainda que a universidade tentou atrapalhar nossos estudos, risos) proporcionou mais grandes encontros e carnavais. Agradeço aos meus amigos, Dênis (e a sua menina e minha afilhada, Soledad), ao

irreverente João, ao rabugento mais amável do Brasil, Fabi, ao irmão e companheiro Éder, à futura médica mais inteligente do mundo, Julinha, ao ácido Maurinho e ao sabido Sebá.

Aos meus amigos encontrados no INCRA/SP, pela escolha do tema (valeu Osvaldo Aly!), pelo trabalho coletivo e ensinamentos, muita gratidão aos queridos Raimundo Silva, Telma Cardoso, Sabrina Diniz, Homero Martins, Sônia Moraes, Juca, enfim, a todos que, por sete anos, estivemos juntos, em busca de vírgulas, nas normas, decretos e legislações para poder realizar um pouquinho de trabalho, afinal era a nossa função, nos acampamentos, assentamentos e comunidades quilombolas do estado de São Paulo.

A mudança para o Rio de Janeiro foi bastante tranquila por causa da companhia de alguns queridos, Alinnie, Flávia e Daniela, amigas desde o movimento estudantil, ao Sandro e família e Jesus, por simplificar a chegada e rir das diferenças (pequenas) culturais Rio-São Paulo: Fiquei pessoal!

À todos os queridos do CPDA, desde os funcionários, Sílvia, Aninha, Têresa, Raquel e Marcos (brother!), por simplificar e alegrar as obrigações e burocracias. Aos professores, especialmente à Cláudia, Leonilde e Regina, muito obrigada pelas colaborações na pesquisa, pelas orientações nas aulas e corredores.

À Turma de 2011 do CPDA. Pela surpresa de fazer grandes amigos numa pós-graduação, isso não fazia parte nem do programa, nem da programação. Por isso, gratidão ao Pedro Campeão, Luciana Carvalho, Gabriel Pereira, Natália Almeida, José Renato Porto, Teresa Maia, Gamilson Segundo, Iby, Inês, Victor, Thiago, todo mundo. O problema é a apreensão com a certeza de que muita coisa ainda acontecerá na doce companhia desse pessoal, mesmo assim, agradeço.

O solitário trabalho da escrita ficou longe de acontecer, culpa de grandes amores: Patrícia, Damiana, Michelle. Somem as palavras, abre-se um vinho, toma-se um café, uma cerveja, chora e pronto, nada que o amor e o companheirismo não resolvessem. Resolvemos!

À colaboração com a pesquisa, amor e carinhos, agradeço e sigo encantada por Ramon.

Aos professores da banca de qualificação e da banca de defesa pelas colaborações e submersão na história da reforma agrária do Brasil.

Enfim à todas as condições – até mesmo ao financiamento da CAPES –, e encontros que proporcionaram a escrita dessa dissertação, meus agradecimentos.

RESUMO

Pretende-se com este trabalho refletir sobre a atuação da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA. Os intelectuais que iriam fundá-la em 1967, já atuavam a favor da reforma agrária, exercendo, após o golpe de 1964 influencia na elaboração do Estatuto da Terra e em medidas adotadas pelos governos de Castello Branco e Costa e Silva destinadas ao campo. A presença dos intelectuais na ABRA lhe assegura institucionalização e continuidade de suas ações agrorreformistas. A forma de organização da ABRA e o suporte material que mobiliza, especialmente seu Boletim, nos levariam a pensar na associação como uma espécie de “partido da reforma agrária”, pelo seu papel incentivador do debate e luta pela reforma agrária notadamente nos terríveis anos de 1964 e 1974.

Palavras-chave: ABRA, reforma agrária, Estatuto da Terra, Contag.

ABSTRACT

The Land-reformist Struggle by the Brazilian Land Reform Association (ABRA) – 1964/1974

This research aims to reflect on the action of the Brazilian Land Reform Association (Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA). The intellectuals who founded ABRA in 1967 already supported land reform after the 1964 coup by influencing the elaboration of Estatuto da Terra as well as other land related measures adopted by Castello Branco and Costa e Silva governments. The presence of these intellectuals in ABRA assures the institutionalization and continuity of their land-reform actions. ABRA's model of organization and the material support it mobilizes, specially in its bulletin, make this association represent something of "land reform party", which led debates and fought for agrarian reform, even in the awful years of 1964 and 1974.

Key-words: ABRA, land reform, Estatuto da Terra, Contag.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
ATES – Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária
AP – Ação Popular
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
CDPH/UEL – Centro de Documentação e Pesquisa Histórica/Universidade Estadual de Londrina
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CIABRA – Centro de Informação e Documentação Agrária
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
CIRADR – Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural
CLT – Confederação das Leis do Trabalho
CNA – Confederação Nacional da Agricultura
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNE – Conselho Nacional de Economia
CO – Círculos Operários Cristãos
CONSIR – Comissão Nacional de Sindicalização Rural
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrários
CPT – Comissão Pastoral da Terra
ESA – Estudos Sociedade e Agricultura
ESG – Escola Superior de Guerra
ET – Estatuto da Terra
ETR – Estatuto do Trabalhador Rural
FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação
FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de São Paulo
GRET – Grupo de trabalho sobre o Estatuto da Terra
IAC – Instituto Agronômico de Campinas/SP
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
IICO – Interchurch Organization for Development Cooperation

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
IPES – instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
ITESP – Fundação Instituto de Terras de São Paulo
ITR – Imposto Territorial Rural
JEC – Juventude Estudantil Católica
JOC – Juventude Operária Católica
JUC – Juventude Universitária Católica
LSN – Lei de Segurança Nacional
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEB – Movimento de Educação de Base
MIRAD – Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra
PAEG – Plano de Ação Econômica de Governo
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCUS – Partido Comunista da União Soviética
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
PROTERRA – Programa de Redistribution de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PT – Partido dos Trabalhadores
SAR – Serviço de Assistência Rural
SORPE – Serviço de Orientação Rural de Pernambuco
STR – Sindicato do Trabalhador Rural
SUPRA – Superintendência de Política Agrária
TDA – Títulos da Dívida Agrária
UDR – União Democrática Ruralista
ULTAB – União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – O trabalhador Rural na CLT.....	21
Gráfico 1 – Correspondências da ABRA (1967-1988).....	61
Quadro 1 – Periodicidade, tiragem e financiamento do Boletim/Revista Reforma Agrária (1971-2007).....	66
Imagen 1 – Capas do Boletim Reforma Agrária, Ano 2, nº 3, Março de 1972 e da Revista Reforma Agrária, Ano 15, nº 2, Maio/Julho de 1985.....	72
Imagen 2 – Editorial. Boletim Reforma Agrária, Ano 2, 1972, nº 5.....	74

ANEXOS

Anexo 1 – Periódico da ABRA: Seção Leitores escrevem (1972-1985)

Anexo 2 – Periódico da ABRA: Redatores, editores, conselho editorial (1971-2007)

Anexo 3 – Boletim da ABRA: Mapeamento da palavra reforma agrária (1971-1974)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 – As lutas pela reforma agrária e pelos direitos dos trabalhadores rurais no pré-1964.....	21
CAPÍTULO 2 – Os dois sentidos da Atuação da ABRA.....	36
2.1 O contexto da promulgação do Estatuto da Terra.....	38
2.1.1 O anteprojeto do Estatuto da Terra	41
2.2 A atuação da ABRA nos anos de chumbo	49
CAPÍTULO 3 – O Boletim Reforma Agrária: Divulgação e mobilização.	52
3.1 Origens e gravitação do periódico.....	53
3.2 Os financiamentos das atividades da ABRA	65
3. 3 A técnica na linguagem.....	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
BIBLIOGRAFIA.....	84
ANEXOS.....	89

INTRODUÇÃO

Reforma agrária é um *bem político*¹ que ganhou legalidade a partir dos processos de luta da segunda metade da década de 1950 até abril de 1964, que levara o governo do general Castello Branco a promulgar, em dezembro de 1964, o Estatuto da Terra. Para além dessa dimensão legal, a reforma agrária também se tornou uma força mobilizadora de luta por uma distribuição justa da terra.

Em nenhum momento, o processo de modernização capitalista brasileiro teve como obstáculo intransponível o latifúndio (e a dependência em relação ao capital externo), diferentemente do modelo descrito por Lênin para o caso russo do começo do século XX². Dessa maneira, a construção da noção de “reforma agrária” inscreve-se em uma multiplicidade de fatores intimamente ligados ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, sob a via da *revolução passiva* de que fala Gramsci ao se referir à revolução burguesa na Itália, *o Risorgimento*.

Segundo Gramsci, a modalidade da revolução passiva estagnava o processo de revolução burguesa no seu país. Este é o seu conceito:

Revolução passiva – Protagonista os “fatos”, por assim dizer, e não “os homens individuais”. Como, sob um determinado invólucro político, necessariamente se modificam as relações sociais fundamentais e novas forças políticas efetivas surgem e se desenvolvem, as quais influenciam indiretamente, com pressão lenta, mas incoercível, as forças oficiais, que, elas próprias, se modificam sem se dar conta, ou quase. (GRAMSCI, 2011, p. 328).

A revolução passiva significa modernização com “reformismo fraco”, ou como diz Gramsci, uma “revolução sem revolução”. Postos em contexto de revolução passiva, cabia aos atores progressistas, lutar por um “reformismo forte”, visto que, numa

¹ A expressão é de Luís Werneck Vianna, utilizada no debate ocorrido no CPDA em 1996. A transcrição do debate pode ser encontrada em ESA, nº 6, julho de 1996.

² Para Lênin são duas as vias de revolução burguesa no capitalismo periférico. Seus atores, grupos conservadores ou protagonistas revolucionários recorrem a soluções diversas para a questão agrária. No primeiro caso, a prussiana, com manutenção do grande proprietário feudal e, os segundos procuram realizar a via *farmer* (modelo americano) de transformação de camponeses em pequenos proprietários. Cf. Lênin *Duas Táticas da Social Democracia Russa* (1905)

revolução burguesa como esta, não havia atuação enérgica de protagonistas revolucionários.

Com essas breves considerações, pretendemos descrever a postura dos intelectuais que no início do regime ditatorial contribuíram com as posições de Castello Branco, na formulação de princípios para a execução de algumas medidas reformistas, e que irão criar, em 1967, a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA). Esta sua participação é reformista, a da ABRA na formulação de políticas de reordenação fundiária, como no governo Sarney também é uma postura reformista. Por outro lado, a sua ação junto a atores resistentes, especialmente nos anos de chumbo, permite dizer que essa instituição atuou como uma espécie de um *aparelho privado de hegemonia*.

É também de Gramsci esse conceito de *aparelhos privados de hegemonia*. Ele indica a possibilidade de um grupo subalterno ter certa autonomia em relação ao Estado dominante, que lhe possibilita expandir de uma contra-hegemonia, ou seja, têm a possibilidade de sua ideologia romper a *hegemonia* dominante.

A ABRA poderia ser vista como uma espécie de *aparelho privado de hegemonia*, ou seja, a partir do conhecimento rigoroso – independente de qualquer ponto de vista particular de um grupo – fez com que a reforma agrária assumisse a forma de uma *hipótese científica de caráter educativo e mobilizatório*. A veiculação das acepções de reforma agrária no contexto da atuação da ABRA é uma tentativa de construção objetiva e “científica”, marcada por um discurso técnico e intelectual, que insere a ABRA num movimento de mudanças no cotidiano (que envolve a participação de vários atores em luta pela reforma agrária e o Estado).

Nessa perspectiva analítica, referimo-nos às atuações deste grupo de intelectuais que exerceram alguma influência no Estatuto da Terra e que se institucionalizaria depois em uma associação, a ABRA, forma que não só lhe dá “identidade” e “coesão”, como lhes assegura continuidade de ações específicas como intelectuais. Essa forma de organização e o suporte material que ela mobiliza, especialmente seu Boletim, nos levariam a pensar a ABRA como uma espécie de “partido da reforma agrária”.

Neste momento, trazemos a categoria de Gramsci de intelectual para dar suporte a nossa afirmação. Referindo-se ao intelectual orgânico – aquele que pertence a um grupo social que lhe dá *homogeneidade e consciência da própria função* – Gramsci assim explicita a função dos intelectuais:

(...) todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais (assim, o fato de que alguém possa, em determinado momento, fritar dois ovos ou costurar um rasgão no paletó não significa que todos sejam cozinheiros ou alfaiates). Formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas sobretudo em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante. (GRAMSCI, 2004: 18-19).

E trazemos ainda, esse trecho sobre a relação dos intelectuais com os camponeses no contexto da revolução burguesa do *Risorgimento* italiano do século XIX:

(...) a aliança das diversas classes rurais, que se realizava num bloco reacionário através das diversas camadas intelectuais clerical-legitimistas, só podia ser dissolvida, para chegar a uma nova formação liberal-nacional, se envidassem esforços em duas direções: sobre os camponeses da base, aceitando suas reivindicações elementares e tornando-as parte integrante do novo programa de governo, e sobre os intelectuais dos estratos inferiores, concentrando-os e insistindo nos motivos que mais os pudesse interessar (e já a perspectiva da formação de um novo aparelho de governo, com as possibilidades de emprego que oferece, era um elemento formidável de atração sobre eles, desde que a perspectiva se apresentasse como concreta, porque apoiada nas aspirações das massas rurais). As relações entre estas duas ações era dialética e recíproca: a experiência de muitos países e antes de tudo da França no período da grande Revolução, demonstrou que se os camponeses se movimentam por impulsos “espontâneos”, os intelectuais começam a oscilar, e, reciprocamente, se um grupo de intelectuais se coloca na nova base de uma política filocampesina concreta, ele termina por arrastar consigo frações de massas cada vez mais importantes. Mas se pode dizer que, dada a dispersão e o isolamento da população rural e a dificuldade de concentrá-las em sólidas organizações, convém iniciar o movimento a partir dos grupos intelectuais; em geral, porém, é a relação dialética entre as duas ações que se deve ter presente. Pode-se dizer também que é quase impossível criar partidos camponeses no sentido estrito da palavra: o partido camponês só se realiza, em geral, como forte corrente de opinião, não sob formas esquemáticas de enquadramento burocrático; contudo, até mesmo a existência de um esqueleto organizativo é de imensa utilidade, seja para uma certa seleção dos homens, seja para controlar os grupos intelectuais e impedir que os interesses de casta os transportem imperceptivelmente para outro terreno. (GRAMSCI, 2002: 76)

Nessa última passagem, Gramsci se refere às possibilidades de o *Risorgimento* ter tido resultado diverso da *revolução passiva* caso os grupos *subalternos* agrários

tivessem sido incorporados àquela revolução burguesa. Essa mobilização camponesa indica uma noção do que seria o “partido agrário” em Gramsci.

No nosso caso, compreendemos a participação da ABRA na instância governamental de formulação do Estatuto da Terra como uma estratégia de *transformismo em registro positivo*. Isso porque, a partir de sua institucionalização em 1967, tempos de ditadura, a ação da ABRA, concomitante com sua atuação “por cima”, também se faz “por baixo”.

Na especificidade da revolução burguesa brasileira, o processo brasileiro de transformação foi concretizado pela atrasada elite agrária, caracterizando uma revolução burguesa autocrática, processo que se verificou em dois momentos: no movimento de Vargas em 1930 e na instauração do regime de 1964. Combinando o binômio conservação-mudança (reformista), o *transformismo* (de classe e grupos), como no *Risorgimento* italiano, seria um mecanismo da revolução passiva (VIANNA, 1978; 2004).

Em seu livro de 1992, a *Revolução Passiva à brasileira*, Werneck Vianna falando da revolução burguesa no Brasil, faz uma observação que subsidia nosso estudo sobre o papel dos intelectuais da ABRA:

(...) para o ator que se invista da representação de portador de mudanças, capacitando-o, a partir de uma adequada avaliação das circunstâncias que bloqueiam seu sucesso imediato e fulminante, a disputar a hegemonia numa longa “guerra de posições” e dirigir seu empenho no sentido de um “transformismo de registro positivo”, assim desorganizando molecularmente a hegemonia dominante, ao tempo em que procura dar vida àquela que deve sucedê-la. (VIANNA, 2004: 41).

Nossa proposição é a de que a atuação dos intelectuais da ABRA na esfera do Estado pode ser visto como uma intervenção que assume a forma de um *transformismo de registro positivo*. Todavia, essa atuação também suscitaria mobilização da sociedade em torno da questão da reforma agrária. Exploraremos a ideia da essencialidade dessa articulação da associação, dentro das possibilidades existentes no período da ditadura civil-militar, na permanência do debate sobre a questão da reforma agrária no recorte temporal proposto. Cabe, portanto, identificar os dois tipos de atuação da ABRA (“por cima” e “por baixo”) em particular por meio da análise de seu *material ideológico*, o Boletim Reforma Agrária, entre os anos de 1971 e 1974.

O ano de 1971, sob condições é o lançamento dessa forma de atuação da ABRA junto diversos atores da sociedade, ano da primeira publicação do Boletim Reforma Agrária. Escolhemos o ano de 1974, pois identificamos como o período em que a disputa ideológica por uma via de desenvolvimento, a reforma agrária ou a modernização sem reforma, se evidencia, numa conjuntura de restrição de termos que pudessem designar uma ideologia contrária à legitimidade do regime e, ainda, num processo de inauguração da “crise brasileira” após a derrocada do “milagre econômico” (FONTES & MENDONÇA, 2006).

O Boletim Reforma Agrária se apresenta nessa nossa pesquisa como fonte e objeto, já que grande parte dos esforços empreendidos pelos intelectuais da ABRA se concentram na disseminação da necessidade de mudança na estrutura fundiária e nas relações de trabalho por meio desse veículo.

Jean-François Sirinelli, em 1988, publica o livro *Por uma história política*, muito contribui para o nosso estudo sobre a ABRA no campo da História Intelectual, área que passou a ser situada na historiografia como *um campo histórico autônomo, mas que, longe de se fechar em si mesmo, é um campo aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural*. (SIRINELLI, 1988, p. 232). Para o nosso interesse, Sirinelli propõe uma reflexão sobre a *sociabilidade* que se elucida no plexo de aspectos afetivos com ideológicos, possibilitando a sua compreensão a partir de uma *dupla acepção*: tanto através das *redes* que elas estruturam (no nosso caso, a influência e a relação da ABRA com os diversos setores da sociedade – sendo os boletins um espaço de enorme importância), quanto pelo *microcosmos intelectual particular* (no qual estão enredadas as discussões sobre as diretrizes da entidade).

O estudo do texto impresso é de extrema importância para a compreensão das *redes de sociabilidade*, e, portanto, da dinâmica do campo, com suas divergências e diálogos. Nestes espaços, onde se articulam forças de adesão e de exclusão, podem ser percebidos aspectos relacionados a afetividades e hostilidades.

Beatriz Sarlo (1992), em seu estudo sobre o papel que tiveram as revistas para os intelectuais latino-americanos, vê estas fontes, por sua intencionalidade política – [...] *el discurso de las revistas elige políticas textuales e gráficas. Define fundamentos de valor, por los que coloca a la revista en relación con otros discursos [...] (IDEM, p.12)* – como local privilegiado para pensar *aquele presente que pretendiam transformar*. Sarlo diz que *la sintaxis de la revista rinde un tributo al momento presente justamente porque su voluntad es intervenir para modificarlo*. Sarlo também indica

duas dimensões possíveis das revistas, o que ela chama de “*geografia cultural*”, sendo, el *espacio cultural concreto donde circulan y el espacio-bricolage imaginário donde se ubican idealmente (IDEM, IBDEM)*.

Assim, as revistas (no nosso caso, o Boletim Reforma Agrária) são cenários de batalhas culturais e político-ideológicas, espaço fecundo para pesquisarmos os projetos do momento presente e do futuro e os programas de ação intelectual.

Realizamos uma pesquisa em toda a publicação periódica da ABRA, em seus mais de 120 exemplares e sistematizamos todas as publicações, porém, após escolha do recorte entre os anos de 1971 e 1974, trabalhamos com o mapeamento da palavra política reforma agrária. Dessa forma organizamos a dissertação da seguinte forma:

No capítulo 1, intitulado “As lutas pela Reforma Agrária e pelos direitos dos trabalhadores rurais no pré-64”, faremos uma breve consideração sobre a atuação dos principais mediadores dos grupos subalternos rurais no decênio que antecede o golpe de março de 1964.

No capítulo 2, “Os dois sentidos da atuação da ABRA entre 1964 e 1974”, descrevemos a participação dos intelectuais que irão criar a ABRA levando em conta a sua participação na elaboração do Estatuto da Terra e de medidas adotadas pelo regime de 1964 para o campo.

O capítulo 3 busca apresentar as características gerais do Boletim/Revista Reforma Agrária, da primeira publicação até a última revista publicada no ano de 2007. Realizamos uma análise da materialidade do periódico, indicando as condições técnicas de produção, mecanismos de difusão e distribuição, para tentar traçar os possíveis sentidos da circulação das ideias veiculadas em cada momento de sua circulação.

Por fim, sugerimos que os intelectuais fundadores da ABRA e a própria associação, notadamente naquele momento difícil, 1964 a 1974, lutaram pela reforma agrária, atuando “por cima”, no nível de governo, e “por baixo”, junto à sociedade, às organizações dos trabalhadores e a outras instituições contribuindo para o movimento pela reforma agrária brasileira.

CAPÍTULO 1 – As lutas pela reforma agrária e pelos direitos dos trabalhadores rurais no pré-1964.

Inseparável do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, estão as demandas expressas no nível da ação direta e da compreensão da questão agrária, questão que abrange as lutas e demandas pela regulação das relações de produção e o controle do uso e posse da propriedade fundiária.

Segundo Martins (1981), a disputa entre as Ligas Camponesas, o Partido Comunista Brasileiro e a Igreja, na década de 1950 e nos primeiros anos de 1960, pela condução da mobilização dos camponeses, define as lutas. Essa época foi um marco no processo de construção de uma unidade de luta: a reforma agrária. A atuação desses mediadores, para usar o termo de José de Souza Martins, eram, na maioria das vezes norteadas pela legalidade, ou pela busca da legalizações da reivindicações, como dissemos.

As estratégias de mobilização que marcam o período que vai até 1964, segundo Luiz Flávio Carvalho Costa (1996), apresentam dois aspectos: a ação por direitos constitucionais (Constituição de 1946) e trabalhistas e a defesa da sindicalização dos trabalhadores do campo. A referência legal para os trabalhadores do campo deveriam ser assegurados pela Constituição das Leis de Trabalho (CLT) e outras legislações suplementares. Já o direito ao associativismo, esse só foi apreciado em instrumentos jurídicos na década de 1960, como o Estatuto do Trabalhador Rural.

Quadro I – O Trabalhador Rural na CLT

Lei	Preceitos que se aplicavam ao trabalhador rural
CLT, sistematizada pelo Decreto Lei nº 5452 (1º/05/1943)	artigo 76 - salário mínimo artigos 129 e 123 - férias remuneradas artigos 487 a 491 - aviso prévio artigos 442 a 456 - normas de contrato de trabalho artigos 457 a 467 - remuneração artigo 506 - remuneração <i>in natura</i> (gratificação) artigos 117 a 120 - anulação dos contratos de trabalho
Lei nº 6.605 (5/01/1949), regulamentada pelo Decreto nº 27.048 (12/08/1949)	Repouso semanal remunerado

Fonte: Com base em Costa (1996).

Quanto ao direito à sindicalização rural, o Decreto Lei nº Decreto Lei nº 7038, de 10/11/1944 e Portaria Ministerial nº 14 de 19/03/1945 preveem a organização sindical e associações profissionais e civis. Ainda segundo Costa (1996), *a designação do tipo social do campo, são variadas e refletem as diferentes categorias de trabalhadores que compõem o contingente da força de trabalho agrícola no Brasil* (IDEM, IBIDEM, p. 10). A identificação das relações no campo, ora são diferenciadas com base nas relações de trabalho (remuneração, troca de serviços agrícolas etc.), ora tipificadas com base na utilização da terra e na produção agrícola (pequeno proprietário, proprietário com empregados, arrendamento, parceria e *assalariado com parceria e reminiscência semifeudais*). (IDEM, IBIDEM).

Esse decreto da Era Vargas tornou lícita a organização sindical de empregados e empregadores que exercem atividades ou profissões rurais idênticas, similares ou conexas. A distinção entre empregados e empregadores era dado pelo volume da produção econômica (superior a 50% da produção total), o que permitia a organização paralela à patronal em *atividade profissional específica*. Outros dois tipos de organizações são regulamentadas: as associações profissionais e as associações civis, sendo que somente as últimas não necessitava do registro junto ao Ministério do Trabalho. As associações profissionais se diferenciam das duas outras formas de organização.

Ao particularizar os assalariados em um tipo específico e com base em diversas decisões o Tribunal Superior do Trabalho, acaba por encaixar os trabalhadores da indústria e da lavoura da cana na categoria dos sindicatos dos trabalhadores urbanos, uma vez que os trabalhadores que operavam sua força de trabalho, na agricultura ou na pecuária, para a produção de bens destinados ao setor propriamente industrial, estavam sob a regulamentação do artigo 39 da CLT. Isso afetava a organização desses trabalhadores em sindicatos, pois somente após a carta de reconhecimento do Ministério do Trabalho é que as associações já fundadas poderiam se transformar em sindicato. A representação da categoria, a celebração de contratos coletivos, era função sindical, estando a associação de profissionais autorizada a representar apenas interesses individuais (COSTA, 1996, p.13).

O mesmo autor observa:

Até maio de 1962, esse Decreto Lei nº 7.038 será a grande brecha na legislação pela qual se procura regulamentar a vida sindical no campo.

No entanto, sua aplicação foi sempre pouco efetiva. Apesar das dezenas e dezenas de entidades aguardando investidura sindical baseada no decreto, poucas vezes dele se beneficiaram. (COSTA, 1996, p.12)

O que é importante destacar, nesse decreto-lei varguista de 1944, é que mesmo sendo um entrave às organizações coletivas e não contemplar os camponeses sem-terra, ele reconhece os diversos outros atores do campo, identificando-os, ou pela sua relação de trabalho com a terra ou pelas relações assalariadas de trabalho. Esses trabalhadores são o foco da atuação das forças progressistas e de esquerda das décadas seguintes.

Durante quase duas décadas daquele marco legal de 1944, até publicações sobre a regulamentação sindical e a criação da Superintendência de Política Agrária (SUPRA)³, em 1962, já no governo de Jango, a Lei 7.038 era o amparo legal utilizado pelas forças para atuarem junto aos camponeses.

Um ano após o Congresso Nacional Camponês de 1961, como veremos adiante, esses novos marcos do governo populista de João Goulart, tenta atuar em uma nova fase – fruto, também, de conquistas das mobilizações dos camponeses –, que seria a presença ação do Estado na questão agrária, até retomada pelo golpe de 1964 do sentido anterior da ação de governo, corporativista e autoritário, dos anos de 1930.

No Congresso de Belo Horizonte, de 1961, a polêmica sobre o caráter democrático-burguês da mobilização camponesa no processo revolucionário é o ponto alto do evento. Apresentaremos, brevemente, as orientações políticas dos principais mediadores dos camponeses nesse encontro de 1961: O PCB e as Ligas Camponesas de Julião, não esquecendo a terceira força, a Igreja.

Desde a Declaração de Março de 1958⁴, o PCB passou a defender um caminho ao socialismo por via pacífica, a chamada revolução *anti-imperialista e anti-feudal*, conduzida por uma *frente única* nacionalista e democrática, com a utilização de formas legais de organização e luta, na condução da transformação do capitalismo periférico brasileiro.

Na situação atual do Brasil, o desenvolvimento econômico capitalista entra em choque com a exploração imperialista norte-americana, aprofunda-se a contradição entre as forças nacionais

³ A Superintendência de Política Agrária foi criada pelo Decreto nº 1.878-A, de 21 de dezembro de 1962. Unificou num só órgão o Serviço Social Rural (SSR), o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC).

⁴ Acerca da Declaração de Março de 1958 que foi motivada pelo impacto do relatório de Kruschev, apresentado no XX Congresso do PCUS, ver: SANTOS (2012), PRESTES (2010).

e progressistas em crescimento e o imperialismo norte-americano que obstaculiza a sua expansão. (...)

O golpe principal das forças nacionais, progressistas e democrática se dirige, por isso, atualmente, contra o imperialismo norte-americano e os entreguistas os apoiam. A derrota da política do imperialismo norte-americano e de seus agentes internos abrirá caminho para a solução de todos os demais problemas da revolução nacional e democrática no Brasil (CARONE, 1982, p. 184).

A partir dessa nova orientação política do nacional-desenvolvimentismo, o modelo pecebista de condução da aliança operário-campesina exigia a organização da *massa mais numerosa da nação*, os campesinos, através da formação de sindicatos rurais. Raimundo Santos (2012) organiza a passagem da Declaração de Março referente à diretriz de atuação do PCB no *movimento camponês*:

- a) “Para impulsionar o movimento camponês, é preciso partir de seu nível atual, tomando por base as reivindicações mais imediatas e viáveis, como o salário mínimo, a baixa de arrendamento, a garantia contra os despejos, e evitando, no trabalho prático, as palavras de ordem radicais que ainda não encontram condições maduras para a sua realização”;
- b) “Também no campo, a experiência demonstra que a atuação através das formas legais de luta e de organização é aquela que permite alcançar êxitos para as massas”;
- c) “Assim é que tem progredido, além das associações rurais e cooperativas, a organização dos assalariados e semi-assalariados em sindicatos, que já obtiveram vitórias em contendas com fazendeiros”;
- d) “Tem grande importância a defesa jurídica dos direitos já assegurados aos campesinos”; (SANTOS, 2007, p.18)

Medeiros (1982) contribui para nossa reflexão sistematizando a Resolução nº 15 do V Congresso do PCB em 1960⁵ sobre a questão fundiária dos comunistas:

- fixação de um limite máximo para as propriedades (500 ha.), havendo abertura para um limite um pouco maior, onde a eficiência da exploração assim exigisse;
- coordenação de uma política substitutiva da distribuição das terras públicas aos campesinos;
- A orientação deveria ser no sentido de desapropriar;

⁵ O V Congresso do PCB ocorreu em agosto de 1960 no Rio de Janeiro e, de maneira geral, as Teses discutidas nesse Congresso reafirma as posições adotadas na Declaração de Março de 1958. Sobre o V Congresso do PCB de 1960, ver: (PRESTES, 2011 em Crítica Marxista, nº 32, 2011, 1ª edição, pp. 147-174).

- desapropriação não deveria ser feita através do valor venal, pois isso transformaria a reforma num grande negócio para os latifundiários.
- a desapropriação deveria ser iniciada nas áreas próximas aos centros urbanos e vias de comunicação.
- distribuição de lotes aos camponeses. Segundo a resolução oficial do partido, tratava-se de venda a preços módicos. (MEDEIROS, 1982, pp. 48-49)

Essa *nova orientação* marca as propostas do PCB apresentadas no Congresso Nacional Camponês de 1961. Sobre as vias legais de luta, duas outras orientações do PCB já estiveram no campo antes da Declaração de Março⁶, mas essa de 1958, reafirmada em 1960, foi a que perdurou enquanto diretriz política.

A presença do PCB no campo, a partir de 1954, se dava através da atuação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas no Brasil (Ultab) – entidade criada nesse ano de 1954 na II Conferência de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas realizada na cidade de São Paulo – que esforçava-se em promover a unidade das novas associações e sindicatos e, estimulava a luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e pela reforma agrária.

Para além da dimensão imediata da luta pela terra, a ampliação da organização dos trabalhadores do campo marca a atuação do PCB na mobilização dos trabalhadores no campo. Essa dimensão organizativa fica clara nas palavras de Lyndolpho Silva:

É claro que quando o Partido orienta as massas camponesas no sentido da luta pela reforma agrária, não pode chegar e ir dizendo ‘vamos fazer reforma agrária’, ‘vamos tentar desapropriar as terras’, ‘vamos ocupar as terras’ etc. Você tem que conduzir a massa num processo de acumulação de forças. Por exemplo, lutávamos pela baixa dos preços de arrendamento das terras, por contratos de arrendamento de largo prazo, pela garantia de preços para o produto do camponês, por financiamento a longo prazo a juros baixos. Em relação aos posseiros, defendíamos a legalização da posse da terra e a garantia do mercado. Para o assalariado agrícola, sempre defendemos com muita força a extensão para o campo da legislação trabalhista existente no Brasil (...) Tudo como forma de permitir a acumulação de forças, de engrossar a capacidade

⁶A primeira delas, em 1945, após a conquista do direito à legalidade, o PCB dá início a sua atividade política entre os camponeses. O clima internacional favorável ao socialismo introduz a ideia da viabilidade de um movimento revolucionário pacífico e legal. Ao ser posto na ilegalidade, mais uma vez, em 1947, rejeita-se o caminho pacífico, propõe-se uma Frente Única, mas agora, de libertação nacional, e o projeto das soluções eleitorais, cai por terra com a admissão da possibilidade da luta armada das forças revolucionárias contra a reação. Ver: Costa (1996), Medeiros (1989).

das organizações de camponeses e de assalariados rurais, no sentido de se ir avançando na direção da Reforma Agrária”. (DEL PICCHIA apud. MEDEIROS, 1982, p.48)

Para superar o localismo e o isolamento das lutas dos trabalhadores por direitos, e ainda, disseminar as diretrizes do PCB de projeto de sociedade o *Terra Livre* era o órgão que cumpria a função publicista, descrevendo as condições de vida e trabalho dos camponeses, incorporando dimensões do cotidiano desses atores em luta, o PCB buscava a politização da cultura camponesa⁷: *Ensinando os direitos, combatendo a injustiça e denunciando os exploradores nacionais e estrangeiros (...).* (*Terra Livre*, maio de 1963, *apud* MEDEIROS, 1995, p. 208).

Cabe lembrar que o discurso sobre os direitos tinha um lugar central no *Terra Livre* e a politização, as mensagens do partido, se davam de uma maneira simples e coloquial, bastante didático, isso porque, o público, como aponta Medeiros (1995), era primordialmente analfabeto, dessa forma, reuniões para leitura “em voz alta” do periódico eram estimuladas, o que favorecia a troca de informações e a identificação da categoria.

A ação das Ligas Camponesas⁸, assim como a do PCB, era marcada pela atuação contra a pessoalidade das relações de trabalho na terra, ou seja, pela superação desse problema com instituição de direitos. Assim, as Ligas, essas surgidas em Pernambuco em meados de 1950 está inserida nesse contexto de reivindicação pelo direito à terra e por melhores condições de trabalho no campo.

Francisco Julião, deputado estadual pelo Partido Socialista é procurado em 1955 pelos foreiros para advogar no caso da cobrança de arrendamento e expulsão de “galileus” do engenho localizado à 60 km de Recife/PE, no município de Vitória de Santo Antão:

Julião já defendera inúmeras causas de camponeses, mas causas isoladas. Percebe nesta, por tratar-se de grupo organizado, um grande potencial de desenvolvimento. Instaura processo invocando a lei dos locatários. Mas, ao lado da luta judicial, utiliza-se da Tribuna da Assembleia Legislativa para denunciar tanto a situação dos “galileus” quanto as arbitrariedades a que são submetidos.

⁷ Sobre a atuação do PCB através do seu jornal, *Terra Livre*, ver: Medeiros (1995)

⁸ Sobre as Ligas Camponesas e Francisco Julião, ver: Bastos (1984), Azevedo (1982), Andrade (1963), Barreto (1963), Julião (1962), Morais (1997), entre outros.

Através da luta judicial, os “galileus” tornam-se conhecidos do grande público, ganhando espaço mesmo na imprensa nacional. A associação passa a ser denominada, pela imprensa, “Liga Camponesa”, por aproximação às antigas “ligas” fundadas pelo PC, na região de Pernambuco (embora houvesse algumas “ligas” e “irmidades” de camponeses em outras partes do país, estas são as mais conhecidas). (...)

O caso da “Galileia” estende-se até 1959 quando, não por via judicial, mas através da Assembleia Legislativa de Pernambuco, desapropria-se o engenho (...). Mas o primitivo projeto camponês – a posse do engenho – nesse momento já está modificado pelo movimento, alterado pelas discussões que se travam a nível nacional e também regional. A palavra de ordem “reforma agrária” passara a permear todas as discussões e soluções. (BASTOS, 1984, p.20)

Os conflitos que eclodiram a partir da organização de foreiros do engenho Galiléia, representam, de certa forma, uma continuidade das lutas anteriores. Após realizar uma retrospectiva das atuações de diversos atores pela reforma agrária, desde antes da abolição da escravidão, Francisco Julião descreve a luta das Ligas no Congresso Nacional Camponês de 1961:

[...] No nordeste onde renasceram, vigorosas e invencíveis, também vieram as Ligas Camponesas, representando centenas de milhares de assalariados agrícolas, de parceiros, de meeiros, de posseiros de pequenos proprietários, para falar bem alto, a fim de que o Brasil, a América Latina e o mundo inteiro escutem a sua voz que já não é de desânimo, mas de coragem, de resignação, mas de luta, de desespero, mas de revolta.

Elas nasceram do próprio coração do latifúndio, como uma flor que se abre sobre o lodo. Estão montadas no lombo da história. Ninguém poderá detê-las como não se detém o tempo⁹.

Nessa perspectiva, Julião inscreve a luta das Ligas num amplo processo contra a exploração do latifúndio. Esse discurso é iniciado com a necessidade histórica de transformação da realidade brasileira através da reforma agrária, que solucionaria os problemas do desenvolvimento econômico do país.

Como havíamos mencionado anteriormente, o Congresso Nacional Camponês, ocorrido em novembro de 1961, na cidade de Belo Horizonte, foi o espaço onde se expressou as divergências entre as Ligas e o PCB, principalmente, sobre a mobilização

⁹ *Carta de Emancipação*. Carta de Francisco Julião lida na instalação do Congresso Camponês de Belo Horizonte. In: (COSTA, 2010, pp. 70-75).

do campesinato no processo de desenvolvimento e inclusão dessa classe de trabalhadores na modernização periférica.

Pontualmente, a discórdia no Congresso de Belo Horizonte, estava relacionada com a regulamentação dos contratos de arrendamento e parceria, um dos temas do Congresso.

Para Julião, o reconhecimento legal desses contratos, significava abrir mão de uma luta pela reforma agrária radical, em prol de conquistas imediatas. Já a Ultab argumentava que a regulamentação dos contratos de arrendamento e parceria dinamizaria a luta de classes no campo e, consequentemente criaria uma consciência de classe por parte dos trabalhadores, o que influenciaria na apropriação da luta pela reforma agrária radical. Ou seja, essa discórdia tinha a ver com o projeto de revolução brasileira das duas forças, sendo o etapismo da proposta do PCB visto por Julião como um obstáculo à revolução camponesa brasileira.

Assim ficou consignado sobre a polêmica da regulamentação dos contratos de arrendamento e parceria nas conclusões e propostas da Comissão que tratava sobre esse tema no Congresso de 1961:

Conclusões: não se devem e nem se deverão recomendar ou propor medidas paliativas de novas formas de contratos de arrendamento, porque quaisquer que elas sejam, dentro da *estrutura atual* de predomínio do latifúndio, seriam uma imoralidade.

Proposta: propõe-se a pura e simples extinção, por Lei do Congresso Nacional, de todas as fórmulas de arrendamento ou de parceria, com a anulação dos contratos existentes e a distribuição das terras arrendadas aos arrendatários, que as cultivarão com o apoio financeiro e técnico do governo da República; que as terras distribuídas sejam resgatadas pelo governo, com apólices da Dívida Pública, pelo preço exato que se calculou para o pagamento do imposto territorial – se ele existir – ou pelo preço do custo histórico¹⁰.

Prevalecem as posições das Ligas sobre o tema dos arrendamentos e parcerias. Porém, o cerne da discussão, como dito, era sobre o sentido da revolução brasileira e o papel da reforma agrária e, principalmente do campesinato nesse processo. A “reforma agrária radical” fazia parte do repertório dos comunistas do PCB e das Ligas de Julião, o que discrepava entre essas duas forças no Congresso de Belo Horizonte, era o entendimento do PCB da reforma agrária enquanto uma etapa necessária da revolução

¹⁰ Conclusões e propostas das Comissões. Documentos oficiais. In: (COSTA, 2010).

democrática-burguesa e anti-imperialista, e a de Julião, que entendia que a revolução brasileira como imediatamente socialista (MEDEIROS, 1989).

Mas, é de real importância ressalvar que a atuação das Ligas também se dava através das brechas dos mecanismos legais no atendimento às soluções imediatas dos problemas vividos pelos camponeses, seja na advocacia contra o aumento do foro, na defesa dos camponeses em situações de despejos, essas ações eram concomitante à organização das associações e as grandes mobilizações públicas para promoção da visibilidade das lutas. Para encerrar essa questão quanto o significado da radicalidade da reforma agrária para Julião, transcrevemos um texto escrito 32 anos após aquele evento de Belo Horizonte:

Quando, naquele histórico Congresso de Belo Horizonte, advogamos à necessidade de uma reforma agrária radical, não afirmávamos que seus limites deveriam ultrapassar a democracia. Daí nossa insistência em consumar a reforma agrária radical sem quebra da legalidade, consubstanciada na Carta Magna então vigente¹¹.

O eixo da convocação do evento de 1961, era a demanda pelo direito de organização dos trabalhadores e a reivindicação pela alteração do parágrafo 16 do artigo 141 da Constituição de 1946, o que estabelecia a forma de indenização das desapropriações de terras. No documento final do Congresso, a *Declaração do I Congresso Nacional de lavradores e trabalhadores agrícolas sob o caráter da reforma agrária*, as medidas que deveriam ser tomadas pelo governo de João Goulart – que inclusive esteve presente no Congresso de Belo Horizonte –, eram as seguintes:

- a) Imediata modificação pelo Congresso Nacional do Artigo 141 da Constituição Federal, em seu parágrafo 16, que estabelece a exigência de “indenização prévia, justa e em dinheiro”, para os casos de desapropriação de terras por interesse social. Esse dispositivo deverá ser eliminado e reformulado, determinando que as indenizações sejam feitas mediante títulos do poder público, resgatáveis a prazo longo e a juros baixos.
- b) Urgente e complexo levantamento cadastral de todas as propriedades de área superior a 500 hectares.
- c) Desapropriação, pelo governo federal, de terras das propriedades com área superior a 500 hectares, a partir das regiões mais populosas, das proximidades dos centros urbanos, das principais vias de comunicação e reservas de água.
- d) Adoção de um plano para regulamentar a indenização de títulos federais da dívida pública, em longo prazo e a juros baixos, das terras

¹¹ Julião, Francisco. *A Reforma Agrária Radical, 32 anos depois*. In: (COSTA, 2010).

desapropriadas, avaliadas à base do preço da terra registrado para fins fiscais.

e) Levantamento cadastral completo, pelo governo federal, estaduais e municipais, de todas as terras devolutas.

f) Retombamento e atualização de todos os títulos da terra. Anulação dos títulos ilegais ou precários de posse, cujas terras devem reverter à propriedade pública.

g) O imposto territorial rural deverá ser progressivo, através de uma legislação tributária que estabeleça: 1º - forte aumento de sua incidência sobre a grande propriedade agrícola; 2º - isenção fiscal para a pequena propriedade agrícola.

h) Regulamentação da venda ou concessão em usufruto das terras desapropriadas aos latifundiários, levando em conta que em nenhum caso poderão ser feitas concessões cuja área superior a 500 hectares, nem inferior ao mínimo vital às necessidades da pequena economia camponesa.

i) As terras devolutas, que sejam da propriedade da União, dos estados ou municípios, devem ser concedidas gratuitamente, salvo exceções de interesse nacional, aos que nela queiram realmente trabalhar.

j) Proibição da entrega de terras públicas àqueles que as possam utilizar para fins especulativos.

k) Outorga de títulos de propriedade aos atuais posseiros que efetivamente trabalham a terra, bem como a defesa intransigente de seus direitos contra a grilagem.

l) Que seja planificada, facilitada e estimulada a formação de núcleos de economia camponesa, através da produção cooperativa¹².

As medidas radicais que deveriam solucionar o problema da questão fundiária àquela época, cabe lembrar, foram contempladas em parte, no Estatuto da Terra, em 1964, por exemplo, o pagamento das terras nuas nas desapropriações para fins de reforma agrária, em títulos da dívida pública (TDA), as benfeitorias seriam resarcidas em dinheiro.

Mas, as medidas relativas a sindicalização rural, que foram registradas na Declaração do Congresso de Belo Horizonte, já entraram em vigor no ano de 1962. Foram publicadas a Portaria nº 209-A e a Portaria nº 355-A. A primeira, em junho, introduzia no decreto-lei de 1944, a nº 7.038, instruções para a organização dos trabalhadores rurais, criando um quadro de profissões para possíveis formações dos sindicatos, previa a criação da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), e da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag). A segunda, a portaria nº 355-A, de 20 de novembro de 1962, acolhia, de certa maneira, as reivindicações do PCB, ao distinguir as categorias de trabalhadores, os assalariados e os

¹² Declaração do I Congresso Nacional de lavradores e trabalhadores agrícolas sob o caráter da reforma agrária, Documentos oficiais. In: (COSTA, 2010)

não-assalariados – os pequenos proprietários e arrendatários que produziam em regime de economia familiar ou coletiva (COSTA, 1996).

O Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4914 de 02/03/1963), aprovado pelo Congresso, tornava obrigatório os registros em carteira profissional, garantia o salário mínimo, o repouso semanal e as férias remuneradas, entre outros direitos que, desde Vargas, já eram garantidos em lei para os trabalhadores urbanos e, as mobilizações camponesas do período, como vimos, buscavam uma lei específica que regulasse as relações de trabalho e organização dos camponeses.

O trabalhismo de Jango¹³, entre 1962 e 1963, aprova uma gama de instrumentos legais específicos para as camadas rurais, atendendo às crescentes pressões das organizações camponesas. As legislações sindicais desse período, institui, juridicamente, a figura do trabalhador rural, que contempla os diversos atores, assalariados e não-assalariados, que eram categorizados pela sua relação de trabalho com a terra, do mesmo modo que, institui, um novo espaço de disputa de forças organizativas:

Obter o controle, poder falar em nome dos trabalhadores rurais, ser conhecido como seu porta-voz autorizado, tudo isso passou a estar diretamente associado à capacidade de formar o maior número de sindicatos e de federações, condição fundamental para se conquistar a direção da Contag. Por outro lado, falar em nome dos trabalhadores rurais, representá-los, significava construir o próprio que se buscava representar. Isso se fazia pelo esforço do agrupamento, de arregimentação, mas também pelo de classificação de categorias diversas, que iam desde assalariados até pequenos proprietários rurais, passando por arrendatários, posseiros, parceiros, colonos, foreiros, moradores, entre outros, como trabalhadores rurais. Para além do pertencimento a uma organização sindical, o que estava em jogo com o trabalho de classificação era a própria possibilidade de ter acesso e poder se apropriar dos direitos instituídos pelo Estatuto do Trabalhador Rural. (GRYNSZPAN, 2006, p. 69)

Assim, a partir do reconhecimento da existência social dos trabalhadores rurais por parte das esferas de governo, abre-se um espaço para que as forças organizadoras

¹³ Jango tornou-se presidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no ano de 1952, permanecendo no cargo até o ano de 1964. “Protegido” de Vargas, assume a pasta do Ministério do Trabalho em 1953 e fortalece o apoio dos meios sindicais ao governo, estabelecendo diálogos aproximativos com os comunistas, inclusive, atuando não somente em relação aos problemas e reivindicações trabalhistas, mas atuando em defesa de princípios nacionalistas. O conturbado período que vai da posse de Jango após renúncia de Jânio Quadros, ao restabelecimento do presidencialismo, é marcado, no que aqui nos interessa, por esse estreitamento da relação com os trabalhadores e suas reivindicações, sendo esses sua principal base de apoio. Ver Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (1984), Paranhos (1999).

das lutas no campo se empenhem no controle e criação dos sindicatos e das federações, vislumbrando o controle da Contag. Nessa disputa se empenharão, principalmente, o PCB e correntes da Igreja Católica.

A Igreja Católica atua com diferentes posições diante da questão da reforma agrária. Na disputa pelo controle dos sindicatos, nesses anos de 1950-1960, era verificado a tendência socialista e a tendência conservadora, essa última com a intenção de neutralizar o avanço comunista no campo. Diante dessa nova realidade, conduzida pela ação do estado populista de Jango, de extensão da cidadania aos trabalhadores rurais e incorporação da grande massa do campo no projeto de desenvolvimento nacional, essas forças antagônicas do interior da Igreja se dinamizam entre os trabalhadores pelo controle da Contag.

Os conservadores católicos – ou a *luta da Igreja Católica para reconquista da sociedade moderna* (TIMOTHEO DA COSTA, 2007, p.438) no Brasil¹⁴ – que em 1950 atuavam para combater os agitadores dos camponeses e se pronunciavam contrários à reforma agrária, em 1960, assumem uma postura orientada pelo sindicalismo cristão, que ditava, acima de tudo, o afastamento das lutas de classe no campo, isso significava que o combate ao comunismo era o objetivo central da ação dessa tendência da Igreja. A ação dessa tendência anticomunista, nessa época, inspirada na *Encíclica Mater et Magistra*, do papa Pio XXIII, de conciliação no campo, ou seja, de primazia pela não violação da propriedade privada, se dava na criação e controle de associações e sindicatos assistencialistas.

Já a tendência “socialista”, a Ação Popular (AP), tinha um certo grau de autonomia diante da hierarquia da Igreja com a atuação da Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Estudantil Católica (JEC) na disseminação da sindicalização rural.

(...) os jovens que militavam na JEC e na JUC brasileiras redefiniram os objetivos da Ação Católica, reinterpretando seus conceitos básicos. Permaneciam a ideia de apostolado e seu

¹⁴ Marcelo Timotheo da Costa em *Operação Cavalo de Tróia: A ação Católica Brasileira e as experiências da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Universitária Católica (JUC)*, publicado em 2007, nos apresenta uma leitura do movimento de recristianização empreendido pela Igreja Católica a partir da “convocação” do fiel leigo desde o início do século XX, se fortificando com o pontificado de Pio XI em torno da Ação Católica (AC). Se o comunismo era efetivamente o grande fantasma (a Igreja manifestou bem maior tolerância com regimes ditatoriais de direita), em grau diverso afligiam a Santa Sé acontecimentos vindos do outro espectro ideológico. (TIMOTHEO DA COSTA, 2007, p. 438). No Brasil, a AC foi criada em 1935, seguiu o modelo italiano, e D. Sebastião Leme, assessorado pelo leigo Alceu Amoroso Lima foram os mentores da Ação Católica.

corolário, o apelo missionário. Contudo, dessa feita, apostolado e missão foram lidos em chave reformista. Para os participantes da JEC e da JUC refundadas, tratava-se principalmente de, à luz da fé católica (por exigência dela), transformar a sociedade brasileira em local mais justo e, a seus olhos, mais digno de ser crismado de cristão. De outra forma: o trinômio apostolado, missão e ação, tão pleno de significado entre os fiéis, é apropriado de maneira crítica e propositiva por esses jovens católicos, impulsionados pela teologia progressista que vinha do Norte. (TIMOTHEO DA COSTA, 2007, pp. 441-442).

Essa juventude leiga cristã teve grande participação no Movimento de Educação de Base (MEB), instrumento de publicização radiofônica, criado em 1961 pelo governo federal e controlado pela Confederação dos Bispos do Brasil (CNBB), para impulsionar a sindicalização dos trabalhadores do campo.

Os fatos relativos às mobilizações das forças organizadoras para o controle da Contag, nesse momento inicial da criação da confederação, excluem a participação das Ligas Camponesas. A partir de 1961, ou seja, logo após o Congresso de Belo Horizonte, as Ligas acabaram se isolando nos estados de Pernambuco e Paraíba, devido às contendas entre Julião, que defendia a via pacífica de transformação social, sendo os direitos conquistados o aparato para a atuação camponesa, e Clodomiro de Moraes, que defendia a guerra de guerrilha, inspirado na experiência cubana de revolução.

A disputa entre a Igreja e o PCB pelo controle da Contag acabou com o equacionamento entre essas duas forças na criação da entidade em dezembro de 1963. Antes disso, na corrida pela criação da confederação, a vertente conservadora, havia encaminhado o pedido de fundação da Confederação, ao Ministério do Trabalho, após a realização da I Convenção Brasileira dos Sindicatos Rurais, ocorrida em julho de 1963, na cidade de Natal/RN¹⁵. Esse pedido de criação da Confederação Nacional vindo de Natal/RN foi desarticulado pela ação da Ultab, com a alegação de falta de representatividade de federações estaduais para a criação de uma entidade nacional.

O PCB investe sua atuação na busca de influência dentro dos sindicatos controlados pela Igreja. Resultado dessa corrida, foi o número de dez federações sob a orientação da Ultab, das vinte e três (reconhecidas pelo Ministério do Trabalho)

¹⁵ Essa tendência conservadora da Igreja era assim constituída: sob a direção do Pe. Crespo e do Pe. Mello estava o Serviço de Orientação rural de Pernambuco (SORPE), no Rio Grande do Norte, a liderança de D. Eugenio Sales e Julieta Calazans era sobre o Serviço de Assistência Rural (SAR), no sul/sudeste, sob a liderança de Dom Aluísio Scherer, estava José Rotta (COSTA, 1996).

presentes na assembleia de criação da Contag em dezembro de 1963¹⁶. As tendências de inclinação socialista, diante do arsenal de influência do PCB, decide pelo acordo com os pecebistas. A constituição da primeira diretoria da Contag conta, principalmente, com dirigentes dessas duas forças no campo, o PCB e a Igreja progressista, estando Lindolpho Silva e Nestor Veras, da Ultab, com os cargos de presidente e tesoureiro e, Sebastião Lourenço da Silva, da AP, no cargo de secretário da Confederação. Oficialmente a Contag foi reconhecida em janeiro de 1964, três meses antes do golpe civil-militar.

O que não podemos perder de vista, é que as crescentes movimentações no campo e a ação do governo de Jango de instituir legalidade ao sindicalismo rural, abre um canal de possibilidades de disputa de forças dentro do próprio Estado.

Mesmo que João Goulart ocupasse um aparelho estatal que no geral constituía um “instrumento a serviço das classes dominantes”, em seu governo, as forças progressistas se fazem representar, abrindo-se condições positivas para o processo que na época se chamou “reformas de base” (COSTA, 1996, p. 90).

Nessa que poderia ser a nova situação, as organizações sindicais detém um poder expressivo na disputa pelo projeto de desenvolvimento do país¹⁷. Suas demandas imediatas relativas às condições de trabalho já detinham instrumentos legais de regulação, a utilização desses recursos jurídicos por parte dos trabalhadores expunha as contradições relativas à posse e uso da terra no país e explicitava a necessidade de uma lei para solucionar o problema da questão agrária.

Consolida-se a necessidade da reforma agrária. As lutas sociais, as forças mobilizadoras dos trabalhadores e o próprio Estado, sob o governo de Jango, estabeleceram o espaço de disputa do desenvolvimento do Brasil, culminando na promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963.

¹⁶ Existiam em 1963, 42 federações rurais, fundadas, presentes na assembleia de criação da Contag. Desse número, 21 estavam sob influência dos comunistas do PCB. Segundo Costa (1996), esse desequilíbrio de forças impulsionou a pressão da AP e a Comissão Nacional de Sindicalização Rural (CONSIR) estabelece o acordo em qual a assembleia seria composta apenas por federações reconhecidas, ou em processo de reconhecimento pelo Ministério do Trabalho (COSTA, 1996, p.117).

¹⁷ O diagnóstico de que a estrutura fundiária do país significava um entrave à produção agrícola e à oferta de alimentos diante das demandas urbanas e industriais, encontra-se no documento realizado pela equipe cepalina de Celso Furtado, denominado, Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social. A solução desse problema estrutural do setor agrícola justificaria intervenções do Estado para alterar a estrutura fundiária e mediar as relações de trabalho no meio rural (DELGADO, 2005).

O próximo passo seria a prioridade da reforma agrária entre as reformas de base, como solução da crise estrutural, como elemento modernizador e, em consonância com o populismo de João Goulart, como resposta à força das lutas dos movimentos populares.

CAPÍTULO 2 – Os dois sentidos da Atuação da ABRA

A apropriação da lei como estratégia de luta marcou a atuação das forças sociais do campo brasileiro no início dos anos de 1960. Essa relação com as regras legais institucionalizadas já fazia parte do repertório e da ação das organizações de trabalhadores desde o início dos anos de 1950, das práticas dos comunistas, da Igreja e também das Ligas Camponesas.

A institucionalização das leis tem sido resultado de conflitos localizados na sociedade. Rejeitando a noção da lei como simples forma de dominação de classe E. P. Thompson (1997) nos indica um olhar para o espaço de conflito entre forças dentro da institucionalidade legal.

Trazemos um extenso excerto de “O domínio da Lei”, parte das conclusões da obra *Senhores e Caçadores*, em que o historiador expõe a complexidade da luta social na redefinição dos direitos na Inglaterra do século XVIII:

(...) na história, pode-se ver a lei a mediar e a legitimar as relações de classe existentes. Suas formas e seus procedimentos podem cristalizar essas relações e mascarar injustiças inconfessas. Mas essa mediação, através das formas da lei, é totalmente diferente do exercício da força sem mediações. As formas da retórica da lei adquirem uma identidade distinta que, às vezes inibem o poder e oferecem alguma proteção aos destituídos de poder. Somente quando assim são vistas é que a lei pode ser útil em seu outro aspecto, a ideologia. Além disso, a lei em ambos os aspectos, isto é, enquanto regras e procedimentos formais e como ideologia, não pode ser proveitosamente analisada nos termos metafóricos de uma superestrutura distinta de uma infraestrutura. Embora isso abarque uma grande parcela evidente da verdade, as regras e categorias jurídicas penetram em todos os níveis da sociedade, efetuam definições verticais e horizontais dos direitos e status dos homens e contribuem para a autodefinição ou senso de identidade dos homens. Como tal, a lei não foi apenas imposta de cima sobre os homens: tem sido um meio onde outros conflitos sociais têm se travado. Em parte, as próprias relações de produção só têm sentido nos termos de suas definições perante a lei: o servo, o trabalhador livre; o trabalhador rural com direitos comunais, o habitante sem eles; o proletário não-livre, o grevista consciente de seus direitos; o diarista rural sem terras que ainda pode processar seu patrão por agressão. E se a eficácia da operação da lei em sociedades divididas em classes tem faltado repetidamente à sua retórica de igualdade, ainda assim a noção de domínio da lei é, em si mesma, um bem incondicional. (THOMPSON, 1997, p. 358).

Influenciado pelo conceito gramsciano de hegemonia, o historiador marxista inglês nos ensina que a institucionalização de regras jurídicas ultrapassa as formas dominação e o controle das classes dominantes. No caso dos trabalhadores rurais brasileiros, a instituição de leis regulamentadoras das relações de trabalho, o já citado, Estatuto do Trabalhador Rural (1963), e o de posse e uso da terra, o Estatuto da Terra (1964), estabelecem arenas de disputa de forças, consolidam o reconhecimento por parte das esferas de governo dos conflitos (e atores) em luta pela terra, ao mesmo tempo que requer a mediação do próprio Estado.

A ABRA foi fundada em setembro de 1967. Anteriormente, os futuros fundadores, os futuros fundadores da associação, seus grandes intelectuais, José Gomes da Silva e Carlos Lorena, fizeram parte do projeto de revisão agrária de Carvalho Pinto no estado de São Paulo e, logo após o golpe de 1964, participaram do grupo de trabalho de elaboração do Estatuto da Terra e também exerceram influência em outras ações dos governos de Castello Branco e de Costa e Silva.

Em seu documento de fundação, a ABRA apresenta como premissa conceitual para sua atuação, a compreensão da reforma agrária como o *conjunto de medidas que visem a promover modificações no regime de sua posse e uso da terra, a fim de atender aos princípios da justiça social e do aumento da produtividade*, como diz o artigo 1º da Lei 4.505 de 30 de novembro de 1964. Partindo desse entendimento sobre reforma agrária, a criação da ABRA tinha como objetivo cobrar a execução do Estatuto da Terra, para além da pessoalidade da relação dos intelectuais envolvidos com a execução da lei. Essa justificativa revela alguns vieses da ação da entidade: a preocupação com o rumo que estava tomando a modernização do campo, o reconhecimento das desigualdades e dos conflitos de terra no país e a necessidade de tomada de posição.

Assim, dentre as opções de estratégias de ação e das possibilidades num contexto de violência ditatorial, a atuação da ABRA, depois de sua criação, se dá em dois níveis, que poderíamos chamar de atuação “por cima” e atuação “por baixo”. “Por cima”, entendida por meio da participação direta de seus intelectuais nas formulações e políticas de reforma agrária no Brasil e, ao mesmo tempo, “por baixo”, atuando junto a outros atores que lutam pela reforma agrária.

2.1 O contexto da promulgação do Estatuto da Terra

A discussão sobre reforma agrária após o golpe civil-militar de 1964, não foi abandonada, isso porque, a visão de que a estrutura fundiária do país significava o obstáculo para a modernização, se mantém. A reforma agrária do primeiro governo após golpe solucionaria um problema estrutural da agricultura, num contexto de crise econômica que vinha desde o governo de Jango. Assim, o fantasma dessa medida, a reforma agrária, que muitas vezes é lida como o principal motivo do golpe, era, na verdade, a intensa força da mobilização social pró-reforma, e não o projeto de reforma agrária do pré-64 em si.

A articulação civil-militar contra o comunismo, ideia construída e posta em execução, já no começo dos anos de 1960, por agentes do complexo formado pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), contra a força potencial das mobilizações populares, foi uma das causas imediatas do golpe e, ainda, justificou a desmobilização social, através da violência e neutralização das forças organizadoras já no governo de Castello Branco (DREIFUSS, 1981, p. 397).

Segundo Dreifuss, forças militares, conjugadas com a burguesia industrial, nacional e estrangeira, faziam parte do complexo do qual também integravam o IPES/IBAD. Somando-se a esse complexo, estava uma tendência, a dos militares articulado com a “linha dura” da Escola Superior de Guerra (ESG). Esse conjunto de setores, econômicos e intelectuais, subsidiou a tomada do Estado em 1964, do qual resultou uma *nova relação de forças no poder* (IDEM, IBIDEM).

Bruno (1997), ao discorrer sobre a derrota das forças sociais após o golpe de 1964, nos clareia essa reflexão sobre a permanência da reforma agrária na agenda política do regime militar, pois, os projetos de reforma agrária do governo de Jango, propunham medidas de desapropriação e tributação fiscal que não intervnia, “radicalmente”, nos latifúndios. Mesmo nas propostas de reforma agrária dos trabalhadores do campo, a distribuição de terras assegurava o direito à propriedade, podendo, dessa forma, ser incorporada pelo capitalismo.

[...] a resposta do governo Castello Branco ao conjunto dos movimentos sociais foi, sobretudo, a repressão aberta, a extinção das Ligas Campesinas, a intervenção nos sindicatos, a cooptação das lideranças populares, o afastamento das lideranças mais expressivas e

sua substituição pelas moderadas. Ao mesmo tempo que reprimia, o governo, apropriava-se inclusive de sua bandeira de luta: a reforma agrária (BRUNO, 1997, p. 99).

O regime de 1964 se confrontaria com a conquista dos movimentos em luta pela reforma agrária do pré-64, que explicitou o atraso das formas e relações do uso da terra e ainda, ampliou as contradições entre o atraso das elites tradicionais e o movimento popular que a bandeira da reforma agrária provoca. Não só isso, o caminho para o moderno no campo, que exigia a alteração do uso e posse da terra, no ritmo que estava indo, possibilitava uma maior participação da sociedade no cenário político. Nessa dimensão, o controle dessa política pelo governo de Castello Branco, significou um passo atrás para as forças reformistas na disputa pela hegemonia do projeto de desenvolvimento, pois não incorporava a participação popular no processo.

A promulgação do Estatuto da Terra que disciplinava o uso e a posse da terra dificultou o movimento pela reforma agrária, mas não encerrou as possibilidades dessa disputa, visto que, como veremos, o jogo de forças que pressionam para um lado ou para outro na disputa pela execução da legislação, mesmo sob o regime autoritário, continua.

Assim, as medidas reformistas do Estatuto da Terra, estavam inseridas num outro projeto político e econômico de desenvolvimento das forças produtivas no país, mas não representou, de maneira nenhuma – já que excluíam a participação popular no processo redistributivo e reprimia as lutas sociais – um retorno do governo aos anseios dos trabalhadores rurais que afloraram na década anterior. Nem se reduzia à somente uma resposta à prioridade consignada pela Aliança para o Progresso (BRUNO, 1997).

O projeto político-desenvolvimentista do primeiro governo militar herdava a interpretação da agricultura do diagnóstico do pré-64:

A leitura sobre o desempenho do setor agrícola no pós-guerra na perspectiva do PAEG (1964-1966), tenta fazer um misto da interpretação da agricultura expressa no Plano Trienal (1963-1965), coordenado por Celso Furtado, e uma ponte com a visão desenvolvimentista-funcionalista. Diagnostica atraso no desempenho da agricultura, comparativamente à indústria, baixo grau de incorporação tecnológica, facilitado por uma fronteira agrícola em contínua expansão, estagnação no comércio exterior, pressões inflacionárias oriundas do desenvolvimento da agricultura e, inadequação da estrutura agrária. (DELGADO, 2005, p. 56)

O Plano de Ação Econômica de Governo (PAEG), fazia o mesmo diagnóstico da equipe de Celso Furtado no Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, sobre o papel funcionalista da agricultura no desenvolvimento do país e propunha a mesma solução: a readequação da estrutura fundiária para ativar o desempenho agrícola¹⁸. O que diferencia o PAEG em relação ao pensamento conservador do pós-guerra, segundo Guilherme da Costa Delgado (2011), era exatamente esse misto da interpretação funcionalista da atividade agrícola relacionada à inadequação da estrutura agrária. Dessa forma, o Estatuto da Terra está em plena sintonia com a leitura desenvolvimentista que constam nos Planos de Jango e do governo de Castello Branco de superação da crise, que viam no latifúndio um obstáculo ao crescimento econômico.

Da equipe que formulou o PAEG, fazia parte da coordenação, o ministro do Planejamento de Castello Branco, Roberto Campos. Esse coordenador circulava entre a ESG, da qual era professor e o IPES, que também integrava. Campos coordenou ainda a organização e os trabalhos do Grupo de Trabalho sobre o Estatuto da Terra (GRET).

¹⁸ Segundo Guilherme Delgado, o pensamento funcionalista sobre o papel da agricultura no desenvolvimento econômico, atribui cinco funções a essa atividade: *liberar mão-de-obra para a indústria; gerar oferta adequada de alimentos; suprir matérias-primas para as indústrias; elevar exportações agrícolas; transferir renda real para o setor urbano.* (DELGADO, 2001, p.162).

2.1.1 O anteprojeto do Estatuto da Terra

Na linha reformista do IPES da função capitalista da agricultura, o GRET foi constituído para elaboração de um anteprojeto do Estatuto da Terra, imediatamente após o golpe de 1964.

Carlos Leandro Esteves (1991), utiliza o termo *agrarismo ipesiano*¹⁹, para discutir os preceitos que seria construída a lei de reforma agrária, conforme as ideias ipesianas.

Enquanto proposta que se contrapunha ao constructo agrário da esquerda, as diretrizes formadoras do pensamento rural ipesiano buscavam (des) converter a questão agrária em problema cuja solução dependeria da montagem de um eficiente aparato técnico que envolvia a realização de um planejamento coerente. Essa postura implicaria em procedimentos administrativos racionais e pautados por resoluções que levassem em conta, sobretudo, os aspectos imbricados à eficiência das agências estatais no cumprimento de sua tarefa ‘facilitadora’ do processo de desenvolvimento (ESTEVES, 2011, p. 105).

Para esse grupo de intelectuais do IPES, a reforma agrária era um problema estritamente técnico, a ser resolvido com uma intensa mecanização da produção. O historiador propõe uma reflexão sobre os interesses de classe representados nas construções teóricas desse grupo que, sobrepondo produtividade técnica da agricultura – alicerçada na formação de um moderno agro empresarial – às questões sociais, distinguia essa formulação de desenvolvimento dos debates e projetos dos agraristas da esquerda dos anos de 1950-1960, no que diz respeito à formação da classe média no campo.

Assim, na linha continuista de projeto de desenvolvimento para o rural, sob a tutela do Gal. Golbery Couto e Silva, faziam parte da coordenação do GRET, além de Roberto Campos, o ministro da Agricultura, Hugo Leme, José Garrido Torres do Conselho Nacional de Economia (CNE), Copérnico de Arruda Cordeiro, do Ministério

¹⁹ Esteves toma o termo *agrarismo* emprestado para identificar a reforma agrária defendida pelos intelectuais orgânicos do IPES na década de 1960. Sua referência são as concepções formuladas por Raimundo Santos, sobre o agrarismo da esquerda, e Otávio Brandão, que associa o agrarismo às oligarquias agrárias do sul e do nordeste. (ESTEVES, 2011)

da Agricultura e, duas equipes de técnicos também do IPES, o subgrupo do Rio de Janeiro e o subgrupo remanescente da *Revisão Agrária* de São Paulo.

Atentemo-nos para esses dois grupos de técnicos, pois, figuras importantes da futura ABRA, que seria criada em 1967, fazia parte do grupo de São Paulo, José Gomes da Silva e Carlos Lorena, dois dos principais intelectuais da trajetória da associação. Além disso, com base no livro de Regina Bruno, de 1997, no qual a autora identificou o caráter heterogêneo dos posicionamentos quanto a reforma agrária à hora de formular o anteprojeto do Estatuto, iniciaremos nossas observações sobre a futura atuação da ABRA.

Além de integrante do IPES, o grupo do Rio de Janeiro de Paulo de Assis Ribeiro, possuía experiência com a questão das políticas agrícolas através de escritório de consultoria privada ao governo de Goiás em anos anteriores a março de 1964. Esse grupo continha as seguintes diretrizes para o desenvolvimento da agricultura: a modernização agrícola, inclusive dos latifúndios, a integração da produtividade urbano-rural e a criação de uma classe média no campo.

Esteves (2011) realizou um estudo sobre a atuação da agência privada, sob a coordenação de Paulo de Assis, no período do governo de Mauro Borges no estado de Goiás, entre os anos de 1961 e 1964. O autor apresenta-nos esta reflexão sobre as intenções do grupo de Assis:

Tal relação pressupunha um percurso de *racionalidade* técnica que cobria desde o momento de elaboração dos planos de governo pelas agências privadas, até o momento de execução dos projetos pelos órgãos estatais. Esse circuito envolvia a participação de organizações profissionais e entidades representativas de classe, tanto no âmbito da sociedade civil, quanto na presença do técnico, atuando como verdadeiro intelectual orgânico no interior do Estado restrito. (ESTEVES, 2011, p. 13)

Segundo Esteves, a *racionalidade* técnica estava marcada pela eficácia técnico-científica empresarial privada, que deveria viabilizar a expansão do capital industrial na agricultura. Para esse grupo completamente alinhado com o desenvolvimentismo do IPES, sua intenção era planejar a intervenção e agir junto à sociedade e no interior do Estado.

O grupo de Campinas, como era chamado a equipe de José Gomes da Silva e Carlos Lorena, representaria, nesse campo de disputa do anteprojeto do Estatuto, os divergentes da proposta hegemônica. Porém, o próprio José Gomes afirmou em

entrevista concedida à Regina Bruno e Abdias Vilar, no ano de 1984, que as contradições não eram profundas, o divisor de águas entre as duas equipes de técnicos estava ligado à experiência com o tema da reforma agrária²⁰. José Gomes alegava que a falta de experiência prática do grupo de Assis influenciou para que instrumentos não-reformistas se concretizassem no documento, e mais, que essa inexperiência traduziu-se na ineficiência da execução do Estatuto, após Paulo de Assis Ribeiro assumir a presidência do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA).

José Gomes e Carlos Lorena eram engenheiros agrônomos, haviam participado da experiência da *Revisão Agrária* do governo de Carvalho Pinto em São Paulo²¹. Essa experiência de intervenção do governo estadual na estrutura fundiária, ocorreu no final dos anos de 1950. Ela baseava-se numa inovação do sistema de cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR), assim como no assentamento de famílias em terras públicas.

Então, eles preparam um projeto de lei estadual. Naquela ocasião o Imposto Territorial Rural era dos estados. Então, pegaria o ITR e financiaria alguns projetos de redistribuição. E, além disso, haveria uma ação do ITR de forma progressiva. Mais ou menos os dois instrumentos do Estatuto da Terra, com uma diferença de que tem que pagar em dinheiro (na *Revisão Agrária* de São Paulo) – a Constituição não permitiria pagar em títulos [...] (BRUNO & CARVALHO, 1996, p.37).

Esse instrumento, o ITR, foi um dos polêmicos pontos divergentes no GRET em 1964. Talvez também por isso, por ter vivenciado entraves no sistema de imposto rural e pelo fato de o grupo do Rio de Janeiro defender a tributação como um instrumento eficaz de reforma agrária, Gomes tenha considerado-o muito teórico, adjetivo utilizado para nomear a inexperiência técnica de Assis.

De fato, esse sistema de ITR para financiar os projetos de redistribuição no estado de São Paulo foi bastante turbulento. Logo que o projeto de Carvalho Pinto foi aprovado, o Senado Federal transferiu o ITR para os municípios, tirando a fonte de recursos da *revisão agrária* do governo estadual.

A *Revisão Agrária* de Carvalho Pinto, mais especificamente, o Plano de Popularização do Projeto de Lei nº 154, um serviço de comunicação que ele organizou para defender o projeto, foi a primeira experiência com a questão da reforma agrária de

²⁰ BRUNO, Regina e CARVALHO, Abdias Vilar de. Entrevista: José Gomes da Silva. Revista Estudos Sociedade Agricultura, nº6, julho 1996: 36-48.

²¹ Sobre a Revisão Agrária de Carvalho Pinto no estado de São Paulo, ver: Tolentino, 1990.

José Gomes da Silva e, segundo ele mesmo, suficiente para o fazer mergulhar na tentativa de melhorar o sistema de posse e uso da terra no Brasil²².

Por conta das exigências da Aliança para o Progresso, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) realizaram alguns cursos na América Latina – Chile e Colômbia –, sobre reforma agrária no início dos anos de 1960. Lorena, Gomes e o especialista em direito agrário, Fernando Sodero, conseguem trazer para Campinas, no ano de 1963, o III Curso Internacional sobre Reforma Agrária.

Um dos princípios que nós aprendemos no curso da FAO era o princípio da mística. Para fazer a reforma agrária é preciso ter um pouco de mística. O órgão responsável pela reforma precisa ser zero quilômetro, não pode estar comprometido com o Ministério da Agricultura, nem com nada do passado.

O curso era muito bom. Acho que foi o curso mais caro realizado no Brasil. Foram dois meses de parte teórica, e depois, em plena efervescência, nós fomos fazer um projeto sobre uma das invasões do Brizola no Rio Grande do Sul, na Fazenda Anoni. Depois fomos conhecer as Ligas Camponesas no Nordeste. O curso terminou em Recife com a presença do Castello Branco – ele era o comandante do IV Exército. Então, daí eu me engajei mais ainda no negócio. Naquela época havia muito debate, nas universidades, nos centros acadêmicos (BRUNO & CARVALHO, 1996, p. 39).

Esses mesmos homens, futuros fundadores da ABRA – ainda segundo o relato à professora Regina Bruno e Abdias Vilar de Carvalho –, após o curso do IICA, o grupo resolveu fazer reuniões diárias, em *plena poesia*, para preparar um projeto de reforma agrária e apresentar para Castello Branco.

Uma noite nós estávamos lá e tocou o telefone. Queriam falar com Drummond. Uma pessoa de pouco barro, mas muito interessado em política agrícola, mais na linha de financiamento, de crédito, de preços mínimos etc. O Drummond havia trabalhado como assessor na Consultec, com o Roberto Campos e conhecia o Paulo de Assis Ribeiro. [...] Mas quem estava ao telefone era o Roberto Campos. O Drummond falou para o Roberto Campos o que nós estávamos fazendo aqui, em Campinas. O Roberto Campos perguntou: “Drummond, quem está coordenando?” “É um tal de José Gomes da

²² Todas as declarações de José Gomes, de Carlos Lorena e de outros associados da ABRA foram retiradas de entrevistas já publicadas. Seria muito satisfatório se pudéssemos ter realizado entrevistas com familiares, amigos e outros membros da ABRA para obter mais informações. Essa declaração sobre o início do interesse de Gomes pela questão da posse e uso da terra foi retirada da Revista da ABRA publicada em sua homenagem no ano de 1996. (REFORMA AGRÁRIA, ano 26, nº 1 a 3, p. 7), e as outras declarações foram dadas à professora Regina Bruno e Abdias Villar

Silva”. “Então, chama ele. Gostaria de conversar com ele no telefone”. Áí ele pôs a mão no telefone e falou: “Zé Gomes, o Dr. Roberto Campos quer falar com você”. Áí o pessoal falou que era um trote. “Deixa de piada”. Todo mundo pensava que era gozação. Mas era o próprio. E eu fui lá. E ele falou: “Vocês não querem fundir os dois grupos? Venham para cá para trabalhar junto”. Então, o grupo achou que eu deveria ir para lá. Eles continuariam trabalhando e eu ficaria numa espécie de articulação. E quando eu me dei conta, eu estava sentado na ante-sala do Roberto Campos, no sexto andar do Palácio da Fazenda, no Rio de Janeiro. (ESA, 1996: 36-48)

A polarização dos grupos de técnicos participante do anteprojeto, segundo a literatura que analisou o Estatuto da Terra, foi verificada na divergência sobre o instrumento de execução da Lei, se a tributação, defendida pelos técnicos de Assis, ou se a desapropriação por interesse social, defendida pelos futuros criadores da ABRA.

Regina Bruno identifica o posicionamento do grupo de Assis como manifestação das forças conservadoras na arena do Estatuto, *sendo interessante perceber que a artimanha do discurso anti-reformista era justamente a de apresentar como alternativas medidas que eram complementares à reforma agrária* (BRUNO, 1997, p.111).

A autora, sobre os ganhos dos técnicos de Campinas, a partir de declarações de Carlos Lorena, apresenta-nos as duas vitórias do grupo de Campinas: O ITR, como contenção do latifúndio e a separação dos órgãos executores da implementação agrícola e agrária: o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA)²³.

Outra constatação do confronto entre os tais grupos nos é fornecida pelo historiador Carlos Leandro Esteves (2011). Esteves percebe nessa disputa, a consagração de uma visão em detrimento da outra, tanto no que diz respeito à elaboração e aprovação, quanto ao legado da difusão sobre a necessidade de reforma agrária no país.

Para ele, o grupo perdedor no momento da elaboração e condução da execução do Estatuto, ou seja, o embrião da ABRA, foi vencedor na difusão da memória sobre os significados da Lei e na urgência das intervenções para a transformação fundiária e, muito influenciou a literatura produzida sobre o Estatuto.

²³ A literatura que analisa o Estatuto da Terra aponta a criação de dois organismos de execução do Estatuto da Terra como um recuo à implementação da lei, isso porque, nunca foi verificado uma atuação conjunta desses executores. Ver: Bruno (1997).

Para o historiador, o livro *A Reforma Agrária no Brasil*, de José Gomes da Silva, publicado em 1971, assim como os depoimentos de José Gomes acerca do Estatuto da Terra, muito influenciou a literatura sobre o processo de elaboração da Lei. Selado o acirramento entre os grupos após a escolha de Paulo Assis Ribeiro para a presidência do então criado Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), Gomes constrói seus argumentos sublinhando a falta de experiência prática do grupo do Rio de Janeiro o que implicou na não execução da política reformista (ESTEVES, 2011).

Os fatos que se seguem a polarização e enquadramento de figuras chave desses dois grupos presentes na formulação do Estatuto são, a nomeação de Paulo de Assis Ribeiro para o IBRA e, segundo edição da Revista Reforma Agrária de 1996 (Ano 26, nº 1-3) que homenageia José Gomes, o empenho de Gomes em ministrar cursos sobre reforma agrária na América Latina, como “funcionário internacional” do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)²⁴.

Antes disso, e antes da promulgação do Estatuto da Terra, Gomes havia sido indicado como interventor da SUPRA por Castello Branco. Assim relata José Gomes sobre esse período que esteve à frente daquela superintendência no ano de 1964:

Quando eu fui presidente da Supra, a minha estratégia foi outra. Eu tentei criar alguns fatos consumados que não pudessem ser desmanchados, como por exemplo desapropriar uma usina, mas não deu tempo. A Supra, enquanto estrutura de reforma, era muito tumultuada. Uma de suas linhas de atuação, era a de criar sindicatos para pressionar pela reforma. Mas na parte operativa não funcionava. Na reforma agrária ou você faz de uma maneira impositiva, ou você tem que ganhar a opinião pública. E dentro da opinião pública tem um grupo a favor, que é os sem-terra, um grupo contra, que são os latifundiários, e a classe média fica assim como uma espécie de árbitro nisso tudo. A classe média no Brasil nunca teve uma noção de como poderia ser a reforma. No governo Castello Branco, as divergências na Supra eram mais de ordem política. O pessoal que tinha sido derrotado no Congresso procurava depois criar dificuldades. Foi um período de transição muito difícil e minha tarefa lá era ajudar, ver o que se aproveitava para formar um órgão de reforma agrária de verdade (BRUNO, 1996, p. 42)

²⁴ As informações colhidas sobre a fase que vai de 1964 até o ano de criação da ABRA, em 1967, são bastante diversas no que diz respeito às ocupações de José Gomes da Silva, seria necessário um estudo mais intenso sobre essas informações, a realização de novas entrevistas tendo como foco a atuação profissional e ocupação de José Gomes, assim como visitas aos arquivos que possam conter essas informações. Como ressaltamos, nossas fontes são entrevistas de Gomes à outros pesquisadores, especialmente os trabalhos de Abdias Vilar e Regina Bruno, e o Boletim/Revista Reforma Agrária. Pude confirmar essa informação sobre seu trabalho no BID na de entrevista de Dryden de Castro Arezzo à professora Regina Bruno, que gentilmente me cedeu algumas entrevistas ainda inéditas, como a de Dryden e a de Carlos Lorena.

José Gomes como interventor da SUPRA, a partir de informações colhidas em entrevistas publicadas, permaneceu nesse cargo até o ano de 1965. Sabe-se que Gomes, além de engenheiro agrônomo de formação, era um fazendeiro, *um empresário rural de sucesso, com diversas premiações oficiais pela excelência na atuação relativa ao solo* (Revista Reforma Agrária, ano 33, nº 2, agosto/dezembro de 2006, p. 13).

O fato de José Gomes ser fazendeiro e ser um defensor da reforma agrária, segundo Abdias Vilar, sempre foi questionado *por seus pares e por estranhos* (IDEM, p. 22). O sociólogo chama atenção para a compatibilidade entre ser um empresário moderno e não compactuar com o atraso do rural, para Gomes a reforma agrária seria a transformação de “enxadeiros em produtores”, ainda segundo Abdias, José Gomes via na reforma agrária *um verdadeiro canal de dignificação da pessoa e de cidadania do trabalhador rural [...], era um capitalista, mas não atrasado* (IDEM, p. 19). Interessante notar que no decorrer da atuação de Gomes essa visão vai se alterando.

Abdias Vilar nos apresenta sua visão sobre a postura de Gomes à partir da leitura de Kautsky do papel da ciência agronômica para o desenvolvimento do capitalismo na agricultura²⁵, e coloca-nos outro ponto para reflexão sobre os posicionamentos antagônicos presentes no GRET:

Essa postura de Dr. Gomes em compreender a reforma agrária como um processo de redistribuição de terra com apoio da assistência técnica, da educação etc., está presente em vários trabalhos, principalmente na crítica que ele faz a alguns componentes do GRET e depois aos dirigentes do IBRA pela deturpação do conceito de reforma agrária e pela ênfase no fiscalismo. Para ele, “a desapropriação por interesse social é o instrumento destinado a criar novos proprietários, dentro de projetos organicamente elaborados e convenientemente implementados” (IDEM, p. 24).

A organicidade e a conveniência na execução da reforma agrária, nesse caso do acompanhamento técnico da produção agropecuária dos novos proprietários, estaria

²⁵ Abdias Vilar de Carvalho participou da mesa em homenagem à José Gomes da Silva na ocasião da inauguração da sala com o nome do fundador da ABRA na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio Grande do Sul, onde ocorreu a III Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR) no ano de 2006. A obra de Kautsky (1899) sobre o capitalismo na agricultura do século XIX pode ser justificada nessa interpelação de Abdias pelo fato de Gomes ser um capitalista (mas não “atrasado”). Ainda nessa homenagem, Abdias ressalta o pensamento empresarial, capitalista, de José Gomes em vários momentos e afirma que as terras de José Gomes era ocupada produtivamente e que as obrigações trabalhistas e sociais eram cumpridas. Gomes, era anticomunista, como vimos mas, segundo declarações de Sônia Moraes (que não foram trabalhadas nessa dissertação), essa postura foi abrandando no decorrer dos anos.

expressa na superação da função do agrônomo como um simples funcionário passivo e fiscalizador dos deveres dos beneficiários da política distributivista, ou mero vendedor de pacotes tecnológicos e de insumos. Essa postura de José Gomes, contrariava a tendência policialesa do técnico que estaria expressa na proposta de assistência técnica do grupo que assumiu o IBRA – que diga-se de passagem, tem sido ainda a realidade atual da ATES/ATER dos últimos anos²⁶ – e ainda, invertia *a equação muito divulgada no Brasil pelos contrários à reforma agrária, que se resumia em primeiro educar o homem do campo e criar estruturas tecnológicas e depois dar-lhe a terra* (IDEM, IBDEM)²⁷.

Carlos Lorena, também era agrônomo, mas não era fazendeiro. Assim ele se resumia no discurso que recebeu o prêmio de “Engenheiro Agrônomo do ano de 1977” em São Paulo:

Agrônomo regional, administrador de fazenda, novamente agrônomo regional, assistente e depois chefe da seção de soja, chefe da seção de promoção e organização rural, diretor da divisão socioeconômica rural, curso de sociologia da vida rural, viagem ao Estados Unidos para conhecer o serviço de extensão rural, colaboração na revisão agrária de São Paulo, colaboração no anteprojeto do Estatuto da Terra. (Revista Reforma Agrária, ano 18, nº 3, dezembro de 1988 a março de 1989, p. 3)

Podemos perceber que a atuação de Lorena e Gomes se coincidiram em diversos momentos, mesmo a opinião sobre a função do técnico de campo era bastante parecida, na visão desses homens, os agrônomos deveriam preocupar-se com os efeitos colaterais de seu trabalho. Assim nos fala o extensionista Lorena sobre o assunto:

[...] Mas nessa carreira não planejada havia uma constante: nunca me limitei a ser um técnico, no sentido mais estrito da palavra, nunca me satisfiz em ensinar, em plantar e em criar; sempre me interessei pelas consequências de meu trabalho e procurei participar das decisões que o afetassem [...]

O engenheiro agrônomo que aperfeiçoa a mecanização agrícola está contribuindo para baratear a produção e permitir uma vida melhor. Mas quando há bastante mão-de-obra disponível, e a mecanização gera o desemprego, a miséria, não se sente ele responsável? Não deve ele procurar participar das decisões políticas, evitando financiamentos

²⁶ Por ter trabalhado como técnica alguns anos no INCRA/SP e ter convivência com diversas pessoas que realizam assistência técnica em assentamentos da reforma agrária aqui no Rio de Janeiro, apontei sobre a permanência dessa questão problemática e obstaculizadora da pequena produção. A maior parte do trabalho técnico está voltado para a fiscalização ou cumprimento da burocacia.

²⁷ Sobre os projetos para a agricultura brasileira das entidades profissionais da agronomia, ver o trabalho de Mendonça (1999).

excessivamente liberais e subsídios que permitam uma mecanização mais rápida que a desejável? (Revista Reforma Agrária, Ano 18, nº 3, dezembro de 1988 a março de 1989, p. 4)

2.2 A atuação da ABRA nos anos de chumbo

José Gomes da Silva, em edição comemorativa dos 25 anos da Associação assim relata a criação da ABRA:

Foi numa viagem de volta de Araçatuba onde fora assistir a inauguração de um Centro de Treinamento para Trabalhadores Rurais, que um grupo de dirigentes sindicais e estudiosos da questão agrária começou a especular sobre a necessidade de contar com uma entidade independente, desligada do governo, que atuasse como núcleo de pressão pela Reforma Agrária. A ideia era “manter a chama acesa” (procurando compensar as frustrações produzidas pelas iniciativas oficiais) e “abrir” caminhos, tentando explorar fissuras que a desfavorável correlação de forças pudesse apresentar. A própria composição daquele grupo de sonhadores já indicava a organização e a linha da pretendida associação: ali estavam diretores da CONTAG, assessores, escoteiros e, coincidentemente representantes de entidades estrangeiras interessadas nas questões rurais do Brasil. (Revista Reforma Agrária, 1992, nº 2, volume 22, p. 8)

Nessa época, José Gomes, já de volta ao estado de São Paulo desde 1966, havia organizado e assumido a direção de uma divisão de socioeconomia rural da Secretaria de Agricultura daquele estado.

Acerca da ABRA, propriamente dita, temos somente o texto de Jonival Côrtes, sua dissertação defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 1990. Este autor estudou o período compreendido entre os anos de 1964 e 1987.

(...) O Estatuto da Terra transformou-se em uma bandeira de luta, no principal instrumento para transformar a realidade no campo. Neste sentido, sua ação é muito legalista, já que sempre se pautou por cumprir a lei, por lutar em favor da lei. Assim, ela procurou evitar um choque com as autoridades constituídas, em virtude da repressão política, mas também não capitulou diante do autoritarismo. (CORTÉS, 1990: 87)

Cortês analisa a resistência da entidade no período da ditadura, afirmando que o legalismo de suas atuações é que manteve a ABRA neste período, apontando, ainda, a associação como referência no debate sobre a questão agrária. Contudo, afirma que o

legalismo impediu que a ABRA tomasse uma posição mais avançada para enfrentar a ditadura.

Concordamos que a defesa do cumprimento do Estatuto da Terra foi o escudo para a atuação da ABRA, inclusive para se manter como referência de reforma agrária mesmo após a “abertura” política, porém, não vislumbramos uma possibilidade explosiva de enfrentamento diante da violência do regime de segurança imposto pela ditadura civil-militar.

Os fundadores da ABRA eram representantes de várias regiões e de diversas categorias profissionais e atividades na sociedade: agrônomos, fazendeiros, funcionários públicos, padres, advogados, sindicalistas. Compõe sua primeira diretoria três grupos assim representados: o diretor-presidente, José Arthur Rios, sociólogo ligado ao IPES/IBAD; o diretor-executivo, José Gomes da Silva, fazendeiro, agrônomo, funcionário e o diretor financeiro da ABRA, Agostinho José Neto, sindicalista dirigente da Contag.

Esse grupo múltiplo, com indivíduos provenientes de diversas atividades e regiões, utilizava do dispositivo legal do Estatuto da Terra para, nesse momento de intensa atividade repressiva aos atores que lutavam pela reforma agrária, através de assessoria a outras instituições e entidades, de realização de estudos, pesquisas e publicações para esclarecimento público do cumprimento do conteúdo reformista do Estatuto, além de capacitar e treinar interessados nas questões da Reforma Agrária.

Iniciando a sua movimentação junto à sociedade, agora, a ABRA institucionalizada também atua “por baixo”. José Gomes nos mostra que há participação em atividades com trabalhadores rurais mesmo antes da criação formal da ABRA. Assim, algumas questões apresentam-se ao nosso estudo: Sob o manto da defesa do cumprimento do Estatuto da Terra, a ABRA seria um interlocutor para a reconstituição do sindicalismo rural aniquilado pelo governo militar? Como se dava a atuação da associação imediatamente após sua criação? Qual reforma agrária era defendida pela ABRA?

Como já mencionado, esses atores participaram, cada um como podia e a seu modo, da Revisão Agrária em São Paulo, do Estatuto da Terra e continuaram nessa trajetória, os intelectuais como formuladores das políticas de reforma agrária posteriores (1º Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, no governo Sarney, e na Constituinte de 1987-1988, e no 2º PNRA, bem depois) ao mesmo tempo que atuavam, no contexto da associação junto a outros atores.

Em 1971, a ABRA apresenta sua primeira publicação, o Boletim Reforma Agrária, o suporte material do qual falamos, fortalecendo uma das frentes de atuação da ABRA na articulação do debate sobre a reforma agrária junto a diversos setores da sociedade. Financiado pela CONTAG, com tiragem de três mil exemplares, o Boletim diz no seu número inaugural:

As numerosas dificuldades por que tem passado a Reforma Agrária em nosso país e os modestíssimos resultados alcançados até agora, antes de desaninar os associados da ABRA, constitui um apelo para retomar o trabalho de esclarecimento público sobre o assunto. [...] Reforma Agrária (o Boletim) volta com ambições muito modestas: apresentar mensalmente ao público interessado, alguns artigos técnicos de seus diretores, redatores, colaboradores e transcrever as notícias mais interessantes que as publicações especializadas e os jornais do país estamparam sobre os problemas ligados à posse e uso de terra. (Boletim Reforma Agrária, nº 1, 1971).

Tal intencionalidade do periódico, no auge dos “anos de chumbo”, demonstra o engajamento desses intelectuais na mobilização da opinião pública em relação a questão agrária.

Cabe ressaltar que a atuação da entidade nesse momento se deu diante das possibilidades e estratégias de ação dos intelectuais em situação de extrema repressão. Nesse momento, como veremos, a ABRA atuou conjuntamente ao movimento sindical dos trabalhadores rurais, a Contag, que teve, como resultado de um processo histórico de luta, um papel fundamental na transformação da questão da reforma agrária em questão política. (PALMEIRA, 1989)

A repressão imediatamente após o golpe de 1964 ao movimento camponês e depois, as tentativas de domesticação empreendidas pelo regime, não conseguiram impedir que o esforço de organização dos trabalhadores prosseguisse. A Contag sustentou a reorganização sindical e se fortaleceu nacionalmente, principalmente a partir de 1968, onde, segundo Palmeira (1989), o cimento ideológico dessa empreitada política foi a bandeira da reforma agrária.

CAPÍTULO 3 – O Boletim Reforma Agrária: Divulgação e mobilização

Todos nós que, hoje, consagramos parte fundamental das nossas vidas à realização da reforma agrária, sejamos da velha ou da nova geração, somos também herdeiros das palavras e sentimentos registrados nos boletins e revistas da ABRA. É essa associação de ideias, experiências e interesses sempre renovados pela contemporaneidade da questão agrária que torna acesa a chama da entidade em manter a única publicação em língua portuguesa que traz à tona, teimosa e exclusivamente, este tema tão pouco acolhido pela história dominante deste país. Reforma Agrária (o boletim/revista) é, neste sentido, um grande símbolo de resistência e a melhor expressão desta imagem pode ser medida pelas palavras do atual presidente e um dos fundadores da ABRA: “O veículo de divulgação é a grande inspiração de uma entidade de propaganda e, assim, o Boletim, depois Revista Reforma Agrária, significam o retrato da luta pela sobrevivência da ABRA e da luta em defesa da reforma agrária”. (Reforma Agrária, ano 22, nº 2, Maio/Agosto de 1992)

A publicação que a ABRA organiza assumiu aspectos múltiplos no decorrer da história de sua circulação.

Múltiplos, pois, o caráter puramente técnico-teórico era conjugado, após o AI-5, em 13 de dezembro de 1968, com a publicização da necessidade da reforma agrária. Isso aconteceu durante os primeiros anos da ditadura civil-militar e, a nosso ver, no período da “transição democrática”, a partir da anistia de 1979, o periódico também assume esse feitio técnico e fermentador da necessidade de alteração na estrutura fundiária.

Como veremos, algumas características do órgão de divulgação, que é importante acentuar, se diferenciam nesses dois momentos, da ditadura e da abertura, mudam o público alvo, seu formato material, a linguagem utilizada, a ampliação de temas dentre outros. A conjuntura política geral e o momento específico do debate agrário, da ditadura e da abertura, impõe um foco e também determina uma ampliação das concepções e do seu público.

De qualquer modo, o material de divulgação (Boletim e Revista Reforma Agrária) apresenta um conteúdo informativo privilegiado sobre a *trajetória* da ABRA. Esta constitui-se em um espaço de agrupamento e reflexão, se configurando, ao mesmo

tempo, espaço de *sociabilidade* e de tomada de decididas posições no debate público acerca da necessidade de alteração da estrutura agrária.

Nesse capítulo, apresentaremos as características gerais do Boletim e da Revista Reforma Agrária, sendo esses meios, retrato da atuação “por baixo” da ABRA. A divulgação de ideias, o debate proposto pela revista e a articulação política estabelecida pelo Boletim (formato durante a ditadura) e pela Revista (formato durante a “abertura”) foi o que manteve a chama da associação acesa (REFORMA AGRÁRIA, 1992). Dessa forma, iniciaremos nosso capítulo caracterizando o instrumento de propaganda da ABRA.

3.1 Origens e gravitação do periódico

Em 1971, quatro anos após a criação da ABRA, surge o Boletim Reforma Agrária, veículo oficial da ABRA e de publicação regular. Antes disso, três boletins haviam sido produzidos, mimeografados e distribuídos limitadamente, conforme explicitado pelos redatores deste *novo feitio gráfico* de 1971.

A ABRA apresenta-se ao público com o objetivo de esclarecer acerca das questões de posse e uso da terra, numa conjuntura de agravamento dos conflitos no campo acirrados pela não realização da reforma agrária. O texto de apresentação do Boletim, enfatiza ainda, a necessidade de incorporação do campesinato no desenvolvimento do país, ou seja, pretendia-se a criação de uma classe média no meio rural através de uma ação fundiária redistributiva.

As numerosas dificuldades por que tem passado a Reforma Agrária em nosso país e os modestíssimos resultados alcançados até agora, antes de desaninar os associados da ABRA, constitui um apelo para retomar o trabalho de esclarecimento público sobre o assunto. [...] Reforma Agrária (o Boletim) volta com ambições muito modestas: apresentar mensalmente ao público interessado, alguns artigos técnicos de seus diretores, redatores, colaboradores e transcrever as notícias mais interessantes que as publicações especializadas e os jornais do país estamparam sobre os problemas ligados à posse e uso de terra. (REFORMA AGRÁRIA, 1971).

Essa apresentação do Boletim de 1971 sugere um público interessado em informações ligadas aos problemas da questão agrária (ou da reforma agrária) e situa

esse órgão informativo da ABRA num movimento de reunião de notícias sobre o campo e circulação dessas informações entre os *partidários da reforma agrária*.

A circulação do Boletim teve início no momento mais sombrio da ditadura civil-militar. As lutas e os movimentos sociais, e os sindicatos do campo e da cidade vinham sendo duramente reprimidos e sofriam intervenções sistemáticas do regime. A violenta coerção do Estado também se dava contra os partidos, as universidades e órgãos públicos.

Parênteses acerca dos servidores e técnicos de órgãos governamentais que vivenciaram o dia a dia dos embates, disputas e pressões após a instituição do governo militar.

Regina Bruno em *Os guardiões da reforma agrária*, nos apresenta uma reflexão sobre um grupo de servidores do INCRA que defendia com “unhas e dentes” um projeto redistributivista de reforma agrária nessa conjuntura extremamente violenta pós 1964.

Interessante notar que algumas dessas pessoas definidas por Bruno como guardiões da reforma agrária também circulava na ABRA, como diretores ou apenas como colaboradores do periódico. Os guardiões a que se refere a professora, eram: Ângela Neves, Dryden de Castro Arezzo, Bencion Tiomny, Osmar Fávero, Elias Pessoa de Carvalho, Fernando Calicchio, Antônio Gonzalez Lopes, Iraci Moura, Sylvio Loreto, Hugo Heredia e outros. Dryden foi do Conselho Deliberativo do Boletim Reforma Agrária nos anos de 1979 e 1980.

O que cabe ressaltar nesses parênteses, são os traços em comum dos guardiões que a professora Regina nos apresenta e que colabora com a nossa reflexão. Além do ideal de reforma agrária e empenho pela democratização do acesso à terra, Regina assim enumera os outros traços comuns:

(...) i) a origem rural e/ou a sensibilidade para os problemas do homem do campo; ii) desde muito jovens já demonstravam interesse e participavam de movimentos religiosos, sociais políticos; iii) a oportunidade de conhecer, em seus círculos familiares e de amizade, e se aproveitar do contato com lideranças políticas e religiosas críticas da desigualdade social no Brasil; iv) a dedicação ao estudo; vi) a oportunidade de acompanhar o curso do Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (IICA-FAO) sobre a problemática agrária, ou curso afins e v) a seriedade profissional no trabalho. (grifo meu. BRUNO, 2012)

As características sublinhadas – dedicação ao estudo, a participação no curso do IICA e a seriedade profissional –, também são características do grupo da ABRA, como vimos, o que nos leva a pensar e identificar uma rede de relações e interdependência de pessoas empenhadas e influenciadas por uma matriz discursiva e por um trabalho de estudo e divulgação da necessidade de alteração da estrutura fundiária.

Retomando, a tiragem inicial do Boletim Reforma Agrária foi de três mil exemplares²⁸, e o seu financiamento foi realizado pela Contag, o que garantia que a metade dos periódicos ia para circular o meio da Confederação e a outra, para a ABRA. A distribuição desse material cumpria, dessa forma, a orientação política de divulgação e criação de “novo” público para as questões referentes à problemática da questão agrária e do trabalhador rural junto aos sindicatos ligados à Contag, pelo menos nesse momento inicial.

A Contag, fundada em 1963 e que desde o Decreto nº 53.517 de 31 de janeiro de 1964, era a legítima representante dos trabalhadores do campo, estava sob direção de José Francisco da Silva. Em 1968, a chapa presidida por Silva obtém vitória na eleição contra José Rotta²⁹, o interventor da ditadura. A proposta após a retomada da confederação era a de reorganização, buscando reconstruir as instâncias sindicais em todo o país *e pôr em prática o ambicioso plano de formação de dirigentes* (RICCI in REFORMA AGRÁRIA, 1994, p.8). Nesse clima de rearticulação da Contag no período ditatorial, a defesa do cumprimento dos direitos estabelecidos no Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963, e no Estatuto da Terra, de 1964, abria possibilidade de ação visando a formação de dirigentes por intermédio da divulgação e conscientização dos camponeses com base nos direitos conquistados.

A Contag já editava desde 1967 o seu boletim O Trabalhador Rural visando divulgar direitos, tentando oferecer formação política para atuação dos trabalhadores Medeiros (1989). O apoio financeiro da Contag à estrutura da ABRA e publicação do Boletim se insere, de certa maneira, neste projeto da Confederação, não só de brindar informações sobre às questões do campo, como também, de tornar esse espaço da lei, um campo de disputa e de organização sindical.

²⁸ Em dissertação defendida em 1990, na PUC-SP, Jonival Côrtes proporciona diversos dados que serão utilizados neste trabalho, dentre eles a tiragem da primeira publicação da ABRA. Nos exemplares da revista não há informação sobre a quantidade publicada por edição.

²⁹ José Rotta era ligado aos Círculos Operários Cristãos e fazia parte da junta interventora da Contag imposta pelo regime imediatamente após o golpe de 1964.

Assim, a divulgação de notícias sobre os problemas do campo e a articulação de ideias sobre a necessidade de alteração da estrutura fundiária, naquele momento da história brasileira em que todos os laços organizativos da sociedade civil estavam cercados pela ditadura, também contém dimensões organizativas ao redor dos direitos relativos à terra e ao trabalho no campo. Mas não só isso, o Boletim afigura-se como referencial para outros atores, visto que a Lei de Segurança Nacional (LSN), especialmente a que se refere a censura prévia³⁰, impedia a circulação e o acesso aos órgãos de informação que pudessem significar qualquer oposição à política desenvolvida pelo regime ditatorial.

Em tal contexto, em que diversos órgãos informativos estavam sujeitos ao controle do regime, a divulgação pela ABRA de informações e reflexão da questão agrária e da reforma agrária, atinge além dos trabalhadores campesinos, outro público que se amplia. Exemplo da importância da revista da ABRA nos é dado por Regina Bruno:

(...) minha primeira percepção sobre a questão agrária no Brasil deu-se através da leitura de um texto da ABRA escrito pelo Dr. Carlos Lorena. A revista da ABRA nos chegava pelas mãos da professora Maria Laura (...). Relembro este fato para reafirmar a importância da ABRA como referencial político e de reflexão nacional sobre a problemática agrária e a luta pela reforma agrária no Brasil. (BRUNO: 1997, p. 26)

A propósito, em um texto sobre o jornalismo, Antonio Gramsci faz este registro: para além da satisfação das necessidades de seu público preexistente, o periódico pretende ainda, [...] *criar e desenvolver estas necessidades e, consequentemente, em certo sentido, gerar seu público e ampliar progressivamente sua área* (GRAMSCI: 2004, p. 197).

O que podemos ver nesses primeiros momentos de circulação do Boletim é que poucas eram as publicações que debatiam a questão da reforma agrária para o público existente, os *partidários da reforma agrária*. O Boletim ainda propunha uma *sociabilidade* com outros atores da sociedade. Essa função de referencial político e

³⁰ A Lei nº 1077 de 26 de janeiro de 1971 regulamentava a censura prévia aos órgãos de comunicação, sendo eles da grande imprensa, da mídia ou da imprensa alternativa. Sobre a censura à imprensa no período da ditadura militar-civil: Aquino (1999) e Marconi (1980).

intelectual da publicação, consta dentre os objetivos da ABRA, desde sua fundação, conforme se vê no capítulo II do seu Estatuto:

- VII – Coletar, analisar e disseminar informações;
- VIII – Editar publicações, inclusive uma revista especial para o esclarecimento público a respeito da Reforma Agrária e dos aspectos que conformam a questão agrária no país.

Lavrado no dia 20 de setembro de 1967 no estado da Guanabara, o texto do estatuto da fundação da ABRA, no capítulo II diz em seu ponto *VI: Editar publicações, inclusive um boletim especial para o esclarecimento público a respeito do andamento da Reforma Agrária no país*. Diversas foram as assembleias que promoveram modificações no estatuto da entidade, essa citação no texto, é parte do estatuto aprovado em assembleia realizada 28 de junho de 2012.

Ainda a respeito do público do Boletim/Revista, pudemos observar o alcance do periódico na seção “Cartas” ou “Leitores escrevem”, seção que ocorre do ano de 1972 até o ano de 1985.

A maioria dos documentos recebidos e publicados provinha de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, mas também encontramos mensagens de deputados, de diretores de órgãos executivos, de juízes de direito, de professores universitários, de bibliotecários entre outros (ANEXO 1).

Quanto aos seus conteúdos, os mais frequentes, pedidos dos Boletins e Revistas da ABRA, agradecimentos pelo recebimento do material, parabenizações pela publicação, ainda se veem, cartas sobre dúvidas em relação aos direitos, denúncias de violência, de infrações agrárias, informes e comunicações sobre seminários etc. A título de exemplo, transcrevemos alguns excertos de cartas publicadas.

Esse primeiro exemplo, do ano de 1972, ilustra o que víhamos nos referindo à respeito da utilização do periódico como instrumento elucidativo no diálogo entre o sindicato e o trabalhador rural:

É com muita satisfação que acusamos o recebimento desse conceituoso boletim informativo, que muito tem colaborado com os trabalhadores rurais deste município, pois essas magníficas informações muito instrui o trabalhador brasileiro. Raymundo Leoni Santos – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Itaboraí/RJ. (Boletim Reforma Agrária, Ano 2, nº 11 e 12 de 1972, p. 18).

Acerca da utilização do conteúdo informativo do Boletim por estudantes, citemos um trecho de uma carta publicada em 1979:

Agradecemos antecipadamente a atenção dispensada e reiteramos nosso especial interesse em suas publicações, já que nos ajudarão a compreender o nosso trabalho na área rural, junto às populações do norte de Minas. Alunos de Especialização em Medicina Social da Faculdade de Medicina/UFMG. (Boletim Reforma Agrária, Ano 9, nº 2 de 1979, p. 52)

Já em outro momento o da conjuntura da chamada “abertura política”, em 1984, de multiplicação dos atores em luta, encontramos esta denúncia feita por várias organizações a respeito da construção da barragem de Tucuruí:

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Baião (PA), Baixo Tocantins vem ao público denunciar a gravíssima situação em que se encontram a população daquela região, em decorrência da construção da Barragem de Tucuruí.

A Barragem de Tucuruí que está sendo concluída, a fim de gerar energia para o grande projeto Carajás, também gera pavor e medo a todas as famílias do Baixo Tocantins que até pouco tempo ignoravam as consequências que narramos a seguir.

A partir de julho deste ano a Eletronorte começará a fechar as primeiras comportas das 24 que tem que concluir até 30 de setembro. Daí começa a seca do rio Tocantins e a penetração da água salgada que deverá trazer sérios danos como a morte de peixes e a destruição de açaizais das ilhas.

Com a enchente do grande lago que deverá durar por volta de 90 dias inundando uma área de 216.000 ha e atingindo 3 municípios acima da barragem, prejudicando mais de 4 mil famílias a serem desapropriadas.

Nesta área existe 180.000 ha de mata, que a CAPEMI deveria desmatar e por não fazer, vai apodrecer um total de 107 toneladas de massa verde, causando a perda do oxigênio e produzindo gases venenosos, transformando a nossa água em imprestável.

Como se não bastasse, jogaram na área do lago venenos, os mesmos que foram denunciados às autoridades, de ter sido usado ao longo da linha de transmissão da Eletronorte, no sentido Tucuruí-Belém, havendo mortes de pessoas, animais e vegetais.

A partir do fechamento da barragem, o rio abaixo vai ficar totalmente imprestável, caracterizando um desastre ecológico, com ameaças de perda da qualidade de vida e saúde das populações, com proliferação

de doenças e eliminação dos alimentos básicos, prejudicando mais de 110 mil famílias.

Dianete de todo o exposto a Eletronorte ainda não tomou as mínimas providências, apesar de apenas cinco meses nos separarem desta tragédia e não termos uma infraestrutura organizada capaz de atender dignamente as famílias atingidas. Considerando que no IV Encontro Anilzinho, realizado no dia 16/11/1983 em Baião, foi entregue um documento à Eletronorte, pedindo esclarecimento sobre as consequências da Barragem e suas providências.

Nesse encontro foi criada uma comissão para a entrega desse documento, mas até a presente data não obtivemos resposta que tranquilizasse a população. Como vemos só conseguiremos nossos direitos através de nossa organização, que unidos seremos capazes de exigir o retardamento do fechamento da barragem, até que se tome todas as providências necessárias.

- PELO RETARDAMENTO DO FECHAMENTO DAS COMPORTAS!

- POR ELEIÇÕES DIRETAS PARA PRESIDENTE JÁ!

Belém, 11 de abril de 1984.

STR de Baião, STR de Itupiranga – CPT Regional Norte II – CRB Regional Norte II e UT – CPT de Marabá, CPT de Conceição do Araguaia – IECLB, Núcleo de Belém – CDDH – Sindicato de Feirantes – CIPES –FASE – SOPREM – SMCPA – CBB –CDOP – DCE – APS – OSCC – PPEP – STIG – STROP. (Revista Reforma Agrária, Ano 14, nº 4, julho/agosto de 1984, pp. 67-68)

Ressalve-se que a análise do material epistolar não é o nosso objetivo, os exemplos citados contribuem para refletirmos sobre a diversidade do público leitor da publicação da ABRA (ou que tinha acesso ao conteúdo mesmo não sendo leitor). No entanto, mais do que isso, também é exemplo da tentativa da ABRA de envolver a diversidade de atores e setores sociais nas discussões do Boletim/Revista.

Na revista comemorativa dos 25 anos da ABRA, encontramos uma alusão à *sociabilidade* que se estabelecia os diversos setores da sociedade:

Em que pese a simplicidade dos primeiros tempos de publicação, é importante registrar que jamais deixou de consagrar credibilidade às ideias que divulgava e ao debate que suscitava em torno da Questão Agrária. Cumpriu a importante tarefa de democratizar as discussões que, até então, eram travadas em circuitos mais fechados. Contribuiu, de forma decisiva, para que ocorresse o inter-relacionamento desses setores, mais técnicos e acadêmicos, com o universo sindical e os movimentos rurais.

Prova disso, é que com a publicação regular do seu órgão de informação, cresce, significativamente, o volume de correspondências que a ABRA passa a trocar com as várias instituições interessadas na questão. E a entidade, cônscia da responsabilidade emitida pelos seus Boletins, fez deles, além de veículo democrático da diversidade, o instrumento de divulgação das suas próprias posições frente a complexa, contraditória e polêmica concepção de Reforma Agrária.

(Revista Reforma Agrária, Ano 22, nº 2, maio/agosto de 1992, p. 54)

A publicação de cartas no periódico visava estabelecer vínculos entre os atores que estavam no debate e em luta por reforma agrária. Estamos falando em um estabelecimento de reconhecimento mútuo entre os vários atores envolvidos na questão da reforma agrária, quer seja no debate, quer seja na ação direta propriamente dita.

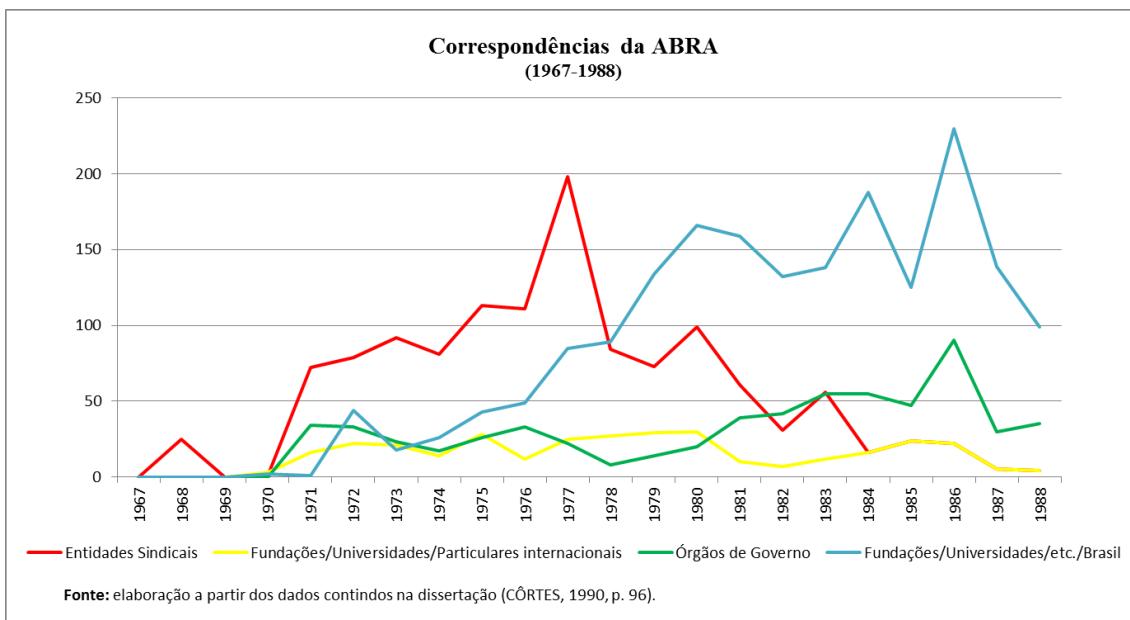
A carta publicada é a presentificação do próprio autor/ator, e o (re)conhecimento dos outros atores envolvidos na luta. Essas relações e inter-relações estabelecidas e publicadas pelo periódico nos chama a atenção inclusive para as mudanças ocorridas no próprio veículo de comunicação, tanto as mudanças relativas ao feitio gráfico, quanto ao conteúdo/linguagem do Boletim/Revista.

Ainda sobre as correspondências, Jonival Côrtes (1990) organiza essa fonte do então acervo da entidade entre os anos de 1967 e 1988 nas seguintes categorias³¹: entidades sindicais; internacionais (fundações, universidades e particulares); correspondência interna (entre associados); particulares/Brasil; órgão de governo; fundações/universidades do Brasil.

Vejamos esse gráfico:

³¹ Côrtes contabilizou 11800 (onze mil e oitocentas) cartas. À época de sua pesquisa, o acervo da associação vinha sendo organizado na sede da ABRA em Campinas/SP e resultou no Centro de Informação e Documentação Agrária – CIABRA. Criado em 1992 o CIABRA permaneceu sob os cuidados da associação até o ano de 2001, quando foi doado ao Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina – CDPH/UEL, onde permanece até hoje. Côrtes (1990)

Gráfico I – Correspondências da ABRA (1967-1988)



Elaboração a partir de dados contidos no trabalho de Côrtes (1990, p. 96).

Lembrando que o trabalho de Côrtes foi realizado com toda a correspondência que existia no acervo da ABRA no período do seu estudo (1967-1988), ou seja, extrapolando nosso universo da revista.

Podemos apontar mais algumas considerações sobre a recepção do conteúdo do periódico e a *sociabilidade* estabelecida pela ABRA através do seu material ideológico, e verificar indícios da ampliação da atuação da entidade junto aos setores da sociedade. (Antes, é preciso ressaltar a não existência de catalogação de outros atores em luta, o acervo não dispunha de uma organização das cartas recebidas de trabalhadores sem-terra, seringueiros, indígenas, atingidos por barragens etc., os novos atores pós-ditadura).

O maior volume de correspondências, a partir de gráfico baseado nessa organização de documentos utilizada por Côrtes, dá-se entre a ABRA e entidades sindicais com crescimento constante até o ano de 1977. Verifica-se pontos altos em 1980 e depois em 1983.

Alguns fatores podem esclarecer esse volume de correspondências entre as entidades sindicais e a ABRA. No primeiro momento, de ascensão, como mencionamos, é explicada pela função organizativa que o Boletim assume junto aos sindicatos ligados à Contag.

Já no ano de 1980, a ABRA inicia um trabalho intitulado “Projeto ABRA”, mais tarde renomeado de “Projeto Jurídico”, com o objetivo de auxiliar juridicamente o *trabalhador rural sem-terra*³², ou seja, a comunicação entre as entidades sindicais e a ABRA era de grande importância para o andamento da proposta de assessoria.

O “Projeto ABRA”, foi elaborado em 1980 sendo seus objetivos assim explicitados: *contribuir para a melhoria das condições de vida e garantir a estabilidade do trabalhador rural e sua família, através do apoio à organização e ao funcionamento de uma Rede Nacional de Assistência Jurídica ao Trabalhador Rural Sem Terra.* (Revista Reforma Agrária, Ano 22, nº 2, Maio/Agosto de 1992, pp. 31-32).

Côrtes (1991) nos fornece os objetivos específicos da área jurídica do Projeto:

- a) Organizar atividades na área de formação profissional;
- b) Capacitar o trabalhador rural com instrumental jurídico que o ajudasse em sua autodefesa;
- c) Manter uma seção na Revista Agrária;
- d) Produzir levantamentos e análises que instrumentalizassem os trabalhadores rurais e seus assessores jurídicos na luta por melhores condições de vida e trabalho;
- e) Assessorar sindicatos ou associações de trabalhadores rurais nas consultas jurídicas. (Proposta de reorientação do Projeto ABRA, 1980 *apud*. Côrtes: 1991, 52)

O Projeto pretendia cumprir esses objetivos através da assessoria jurídica as áreas do Bico do Papagaio (GO), Sub-médio do São Francisco (BA e PE), Campinas (SP), Peruíbe (SP) e Ronda Alta (RS). Interessa-nos aqui a reflexão sobre o pico de correspondências entre a ABRA e os trabalhadores e organizações no campo. Porém, revela-se um interessante o “Projeto ABRA” como objeto a ser aprofundado em pesquisas futuras, pois, segundo Côrtes (1991) mostrou-se controverso nas discussões internas da ABRA a atuação direta de alguns de seus diretores, conflitando com as missões da associação:

A ação da ABRA será fundamentalmente indireta, manifestando-se junto aos órgãos da sociedade civil, na elaboração de publicações, cursos e palestras, bem como na assistência consultiva de associações, órgãos de classe e partidos políticos que compartilham dos princípios gerais da entidade. (IDEM, p. 55).

³² A viabilidade financeira, algumas considerações sobre o andamento e consequências do Projeto, será melhor discutido no sub-ítem financiamento.

Ainda segundo Côrtes (1991) que realizou entrevistas com diretores da ABRA a propósito do período, os rumos que o projeto assumiu significou um corte na história da entidade. Rumos que instituíram a manifestação pública em nome da associação somente com autorização da diretoria, mas, mesmos com as alterações ocorridas no tempo de vigência do projeto (1980-1983), os resultados foram considerados de extrema importância para a ABRA e para os trabalhadores organizados.

Em 1983, outro fator que influí na comunicação com as entidades sindicais foi a formação da Campanha Nacional por Reforma Agrária, iniciativa que contava com a participação da ABRA, da Contag, da CPT, do CIMI, da CNBB e do Ibase. Esta Campanha de Mobilização Nacional pretendia a articulação de pautas comuns numa conjuntura de diversificação das lutas sociais no campo³³, buscando, além disso, a propagação do tema da reforma agrária para toda a sociedade, sendo a Campanha um espaço de debate sobre os rumos da reforma agrária no processo de “abertura política”.

Em artigo sobre a Campanha (Boletim Reforma Agrária, Ano 13, nº 4, Julho/Agosto de 1983), Carlos Lorena expõe sobre a necessidade “preferencial” de esclarecimento e conscientização sobre a reforma agrária para um amplo público urbano, isso por esta população ser *mais concentrada e de maior peso político*. Apresenta-nos os atores envolvidos na Campanha:

Numerosas entidades do Sistema Sindical Rural, Federações Estaduais e locais, têm participado da Campanha, ao lado da Contag, procurando levar ao meio urbano notícias sobre a situação agrária. As Comissões Pastorais da Terra (CPTs), em todos os níveis, têm sido incansáveis na divulgação. Comissões de Defesa dos Direitos Humanos, em muitos municípios, têm dado seu apoio. (...) Nos meios universitários também tem sido ampla a repercussão, com palestras, seminários, semanas agronômicas, sempre incluindo o assunto reforma agrária, quando não exclusivamente sobre ele. (Boletim Reforma Agrária, Ano 13, nº 4, julho/agosto de 1983, p.53)

Como pode também ser observado no Gráfico 1, além dessa mobilização das entidades sindicais na conscientização da população urbana, a partir de 1983, outras *sociabilidades* foram intensificadas.

O país estava vivendo um momento de distensão do regime ditatorial, as mais variadas forças sociais do campo e da cidade estavam mobilizadas na Campanha das

³³ Sobre a Campanha: Medeiros (1991); Boletim Reforma Agrária, Ano 13, nº 4, Julho/Agosto de 1984; Boletim Reforma Agrária, Ano 14, nº 4, Julho/Agosto de 1984; Campanha Nacional por Reforma Agrária, Anais do III Congresso dos Trabalhadores Rurais, Abril de 1983); Boletins específicos da Campanha.

“Diretas já” e, na Campanha Nacional por Reforma Agrária, que envolviam intelectuais, várias instituições, novos atores em luta, como os sem-terra, os seringueiros, os atingidos por barragem. Assim, o aumento de correspondências das universidades, fundações, instituições, órgãos de governo refletia a conjuntura da “abertura” política.

Voltando à nossa observação do Gráfico I, outros picos das correspondências entre 1986 e 1988, com os de órgãos de governo, universidades e outras instituições. Interessante perceber que esses picos aconteceram após a oficialização do I PNRA (1985), na efervescência do debate constituinte e no ano da promulgação da Constituição. O reflexo da movimentação por possibilidades legais de alteração da estrutura fundiária justificaria esse volume de correspondências com esses atores, intelectuais e técnicos de órgãos de governo.

É necessário anotar que, nessa fase de “transição democrática”, distintos significados sobre a reforma agrária se manifestam no campo dos intelectuais que apoiam intervenções na estrutura fundiária, sendo a reforma agrária defendida como uma “bandeira política”, aparecendo às vezes como uma “política pública compensatória”, ou apenas como parte de uma “política social”. E o outro lado: os reacionários à alteração da estrutura fundiária e econômica também se manifestam na arena das discussões do PNRA. Verifica-se o surgimento da releitura da representação das elites agrárias, a União Democrática Ruralista (UDR). Plínio de Arruda Sampaio, na época presidente da ABRA e um dos formuladores do PNRA, assim declara sobre esse “novo” campo de disputa de interesses em torno da questão fundiária:

Comecemos este esforço por uma constatação óbvia: o recuo decorreu do fato de que os latifundiários exerceram uma pressão mais forte sobre o governo do que a dos trabalhadores rurais e seus aliados.

Por que isto pôde acontecer? Porque os latifundiários contam com o apoio da grande imprensa; dispõe de recursos financeiros elevados para gastar no “lobby” anti-reforma; estão umbilicamente ligados a setores dinâmicos do capitalismo, de modo que conseguem neutralizar pressões reformistas de setores industriais e comerciais que só se beneficiariam com uma repartição mais equitativa da terra e da renda rural. Não é só. Não obstante todas as mudanças ocorridas na economia, na sociedade e no poder, os latifundiários ainda mantêm estreitos laços com a cúpula política do país. Falam no ouvido do governo. Não foi à toa que, após verificarem a pouca eficiência de suas ruidosas manifestações de massa, concentraram seus esforços em influenciar os assessores do Presidente e a Secretaria do Conselho de Segurança Nacional. (Editoria. Revista Reforma Agrária, Ano 15, nº 3, 1985)

Nas palavras de Plínio podemos verificar a constatação da derrota social na

correlação de forças, porém, esse mesmo editorial afirma que a ABRA continuará com a articulação com os trabalhadores e com a sociedade em geral e ainda, oferece colaboração ao Presidente José Sarney, se caso este desejar retomar a trilha primitiva de transformações estruturais no agrário, mesmo com a entrega do cargo de presidência do INCRA por José Gomes da Silva.

A mesma situação de polarização e disputa ocorre no debate constituinte de 1987 e 1988. A ABRA apresentou a proposta, construída durante a Campanha Nacional de Reforma Agrária e, mais uma vez, os interesses dos latifundiários e reacionários a reforma agrária tiveram seu texto aceito³⁴.

Assim, nessa conformação de defesa de interesses, frente a forte pressão dos interesses da “nova” elite rural a necessidade de dinamização da interlocução entre as forças favoráveis à reforma agrária, principalmente àqueles setores que podiam exercer influência nas decisões das políticas governamentais “por cima”, justifica o pico de correspondências e mudanças na publicação da ABRA.

Visando efetivar o diálogo com os intelectuais da universidade e com os técnicos dos órgãos executores, o material ideológico da ABRA experimenta alterações. Essa variedade das acepções de reforma agrária no interior do campo das discussões dos seus partidários, a ampliação do público (espalha-se a luta na “redemocratização”) e “nova” polarização do debate, alteram a materialidade do periódico e a linguagem dos artigos, principalmente.

3.2 Os financiamentos das atividades da ABRA

Para discutirmos essas mudanças na publicação da ABRA, levantamos algumas informações sobre sua periodicidade e seu financiamento, fatores que, nas diferentes conjunturas políticas do país, também determinam o ritmo de sua circulação, assim como também influenciam nas concepções sobre reforma agrária e em outras questões relativas ao rural, e, consequentemente, modificam a linguagem e público do Boletim/Revista. Precisamos esclarecer que não foi realizada uma pesquisa quanto ao

³⁴ Quanto ao texto apresentado pela ABRA, os dispositivos mais polêmicos incidiam sobre o limite máximo da propriedade da terra, a obrigação social da propriedade (ao invés de função social), a imissão de posse automática, a perda sumária para latifúndios, o valor da terra determinado pelos impostos e a proteção nacionalista. Ver: BUTTÒ (2009).

montante disponibilizados pelas entidades financiadoras, mas, apenas obtivemos dados para levantar indícios para futuras reflexões.

Quadro 1 – Periodicidade, tiragem e financiamento do Boletim/Revista da ABRA

Anos	Periodicidade	Tiragem	Financiamento
1971-1972 (Ano 1 e 2)	Mensal	3000	Contag
1973-1984 (Ano 3-14)	Bimestral	x	Contag
1985 (Ano 15)	Quadrimestral	x	Contag
1986-1988 (Ano 16-18)	Quadrimestral	x	Contag e Fundação Ford
1989-1993 (Ano 19-23)	Quadrimestral	x	Fundação Ford
1994 (Ano 24)	Quadrimestral	x	ICCO - Interchurch Organization for Development Cooperation
1995 (Ano 25)	1 revista	x	ICCO - Interchurch Organization for Development Cooperation e Fapesp
1996 (Ano 26)	1 revista	1000	Parceria institucional - Itesp
1998 (Ano 28) e 1999 (Ano 29)	1 revista	1000	Parceria institucional - Itesp
1999 (Ano 29) e 2000 (Ano 30)	1 revista	1000	Parceria institucional - Itesp
2002 (Ano 31)	1 revista	1000	Parceria institucional - INCRA/SP
2005 (Ano 32)	1 revista	1000	Parceria institucional - INCRA/SP
2006 (Ano 33)	1 revista	1000	Parceria institucional - INCRA/SP
2007 (Ano 34)	1 revista	1000	Parceria institucional - INCRA/SP

Fonte: Elaboração da autora (2013)

Durante grande parte da trajetória do periódico, o financiamento foi realizado pela Contag, inclusive, no período de maior violência da ditadura. Ainda em formato de Boletim, o material de divulgação da ABRA assume um papel publicista na questão da necessidade de reforma agrária e, nessa medida, como mencionamos, assume a função (re) organizativa dos camponeses trabalhadores.

A periodicidade era mensal e depois bimestral, como pode ser observado na Quadro 1. Ainda sobre o convênio com a Contag, temos essa declaração da diretoria de 1972 publicado na Revista comemorativa dos 25 anos da ABRA:

Para que a ABRA alcançasse a difusão de ideias a que se propunha, era indispensável a manutenção de um Boletim informativo de tiragem regular e suficiente; as anuidades dos associados mal cobriam as despesas mínimas de manutenção da Associação, e não havia possibilidade de se manter um boletim dessa natureza por meio de publicidade comercial, havia porém outra entidade tão interessada

quanto a ABRA na difusão de ideias reformistas: a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (...). Era natural e lógico o entendimento entre ambas e daí surgiu um convênio, devidamente registrado pelo qual a Contag se comprometia a fornecer o numerário para a edição do Boletim “Reforma Agrária” e a ABRA se comprometia a publicá-lo regularmente. (Revista Reforma Agrária, Ano 22, nº 2, Maio/Agosto de 1992, p. 55)

Esses anos de financiamento da Contag foram os que a publicação do periódico não sofreu alteração no ritmo. Como pode ser observado na Quadro 1, a partir de meados de 1990, a revista apresenta inconstância na sua circulação. Vários fatores são apontados pelos editores do Boletim/Revista explicando as dificuldades na irregularidade da publicação e distribuição: questões de ordem financeira, primordialmente.

Para driblar essas dificuldades, algumas medidas foram tomadas, como a mudança da periodicidade, o estímulo à assinatura e a busca de novos parceiros.

Em 1978, foi estimulada assinatura do periódico com vistas a aumentar o número de exemplares, justificada, como já dissemos, por impossibilidade financeira para continuar sua distribuição gratuita. Não temos as informações sobre o impacto que a não distribuição gratuita teve sobre a recepção nos rincões sindicais do país. O que podemos considerar desse estímulo à assinatura, tem a ver com o acesso (ampliação) à um público “novo”, consumidor de órgão de informação: estudantes, professores, enfim, outros atores além dos trabalhadores do campo.

É nessa busca de novos parceiros, num contexto de “redemocratização” e ampliação das acepções sobre reforma agrária, conjugada com o processo entusiasmado de construção da cidadania³⁵, que a Revista passa a ser financiada pela Fundação Ford³⁶.

³⁵ Como diz José Murilo de Carvalho: *A cidadania, literalmente, caiu na boca do povo. Mais ainda, ela substitui o próprio povo na retórica política. Não se diz mais “o povo quer isto ou aquilo”, diz-se “a cidadania quer”.* Cidadania virou gente. No auge do entusiasmo cívico, chamamos a Constituição de 1988 de Constituição Cidadã. (CARVALHO: 2012, 7). O autor reflete sobre o significado da cidadania na redemocratização do país após o fim da ditadura e afirma que a crença na democratização das instituições era tido como sinônimo da cidadania plena, ou seja, a redemocratização significava o acesso aos direitos civis, políticos e sociais. Os direitos civis garantem a vida em sociedade, os direitos políticos a participação no governo da sociedade e os direitos sociais a participação na riqueza coletiva. O entusiasmo que o historiador fala encontra-se justamente na crença de que o fim do tenebroso período da ditadura, traria a conquista, através de participação e acesso de todos esses direitos.

³⁶ A Fundação Ford financia projetos e instituições em países da África, Ásia e América Latina desde os anos de 1960. Iniciativas de desenvolvimento, como por exemplo, a Revolução Verde, foram financiadas por essa instituição internacional. A Fundação Ford tem papel de destaque, desde o início de sua atuação no Brasil no financiamento de pesquisas científicas, no caso da Revolução Verde, para manter nosso exemplo inicial, a Universidade Federal de Viçosa foi a beneficiária dos recursos da Fundação para desenvolver pesquisa e ensino, em nível superior, de agricultura. Segundo Brooke (2002) nos anos de 1980 a fundação Ford elegeu como prioridade o financiamento para ONG's para incentivar os estudos e

Não somente a revista recebe o recurso, as atividades de pesquisa e atuação da ABRA junto aos trabalhadores do campo são financiadas por esta instituição.

Podemos observar no Quadro I que no início desse decênio a ABRA ainda contava com o financiamento da Fundação Ford para várias de suas atividades e depois contaram com o financiamento da IICO e da Fapesp³⁷.

Pesquisas e fortalecimento institucional eram atrelados ao recurso para a publicação, dessa forma, ainda haviam canais que subsidiavam atuação da ABRA. Porém, a perda de membros importantes, como Carlos Lorena, José Gomes da Silva – Gomes que, inclusive, em diversos momentos, financiou o periódico e as outras atividades da associação –, muito influenciou no andamento das atividades do grupo.

O falecimento dos dois dos principais intelectuais da ABRA foi um grande baque para a organização do grupo. Não realizamos a pesquisa, nesse momento, com o enfoque nos laços internos da associação, ou seja, com o intuito de verificar a homogeneidade da dinâmica interna da ABRA, porém, é explícita a percepção de que o falecimento de Gomes muito influenciou na gravitação da revista da ABRA.

O ano de 1996 foi o ano da morte de Gomes, ano em que a Revista Reforma Agrária tem uma única publicação, dedicada inteiramente a este homem que *foi não só o fundador da Associação, mas o mais notável e dedicado batalhador na luta que se trava há séculos em nosso país com vistas à realização de um verdadeiro processo de reforma agrária, que contribua para a construção de uma sociedade mais justa e democrática no Brasil.* (Revista Reforma Agrária, 1996:5).

O financiamento da revista a partir da morte de Gomes foi estabelecido através de parcerias institucionais com órgãos de governo ligado à questão da reforma agrária, com o Instituto de Terras de São Paulo (Itesp) e com o Incra. Como podemos perceber no Quadro I, verifica-se uma queda no número de exemplares e, apesar do financiamento vir de instituições ligadas a orientações partidárias³⁸, a ABRA manifesta

programas sociais numa conjuntura inclusiva de “redemocratização”, entre esses programas estaria a reforma agrária, direitos da mulher, direitos indígenas e ações para a igualdade racial. Ver Brooke (2002); Miceli (1993); Adorno e Cárdia (2002).

³⁷ Por não ser parte do recorte de pesquisa, não buscamos mais informações sobre o impacto desses financiamentos, o da Fundação Ford, do IICO e da Fapesp, nas atividades da ABRA. O que estamos tentando mostrar é que a gravitação da revista nesse período sofreu alterações e apontar elementos para uma possível continuidade da pesquisa.

³⁸ Nesses anos, 1996 a 2000, em que a revista foi financiada pelo Itesp, o governo de São Paulo e o federal era do PSDB e, nos anos de financiamento da publicação pelo Incra, o órgão estava sob a gestão do governo de Lula.

suas opiniões, análises e balanços incisivamente acerca das questões ligadas ao uso e posse da terra e sobre as posições políticas desses governos.

Assim, a revista ABRA se manifestaria contrária às políticas de introdução de mecanismos de mercado empreendidas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, uma vez que, na leitura da Associação, desconsideravam a realidade do campo, negavam a reforma agrária como um processo social de democratização da terra e, ainda, com o princípio constitucional de que a terra rural deve cumprir sua função social. Manifestavam-se, assim, contrários às políticas de créditos orientadas pelo Banco Mundial, que pareciam confundir a opinião pública e os trabalhadores rurais na obtenção de terras. (Editorial da Revista Reforma Agrária, 1999)

Em 2003, com a eleição do presidente Lula, Plínio de Arruda Sampaio³⁹ é convidado para a elaboração da proposta do II PNRA. Participariam da elaboração um grupo de intelectuais – *oito companheiros da área acadêmica* (Revista Reforma Agrária, 2005:7) –, funcionários do INCRA e representantes dos movimentos sociais. Todavia, o editorial da Revista de 2005 ressalta a importância da publicação para o debate e luta pela Reforma Agrária e sua contribuição para o diálogo com os interessados pela transformação da sociedade rural, visto a insatisfação com a política agrária do governo Lula:

Este lançamento poderia estar comemorando o fim de nossa entidade se a sua razão de ser não mais existisse. O governo Lula poderia ter propiciado este desfecho. Muito ao contrário, a principal finalidade que levou a criação da ABRA em 1967 continua atual. A Reforma Agrária autêntica, preconizada pelos seus fundadores, ainda não ocorreu. (Revista da ABRA, 2005, p. 9).

Assim, retomando as questões ligadas às edições e circulação da revista e ao seu financiamento, este período de meados dos anos de 1990 em diante, impactou a publicação da ABRA. Além das perdas por falecimento, evidente que a conjuntura desses anos muito influenciou em um recolhimento da gravitação do periódico, porém, o cerne da questão da reforma agrária, a sua realização, continuou a ser debatida e publicizada.

³⁹ Plínio de Arruda Sampaio na ABRA desde os anos 70, presidente da associação desde 2004, promotor de justiça aposentado, fundador do partido dos trabalhadores (PT), candidato à presidência da república em 2010 pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

3. 3 A técnica na linguagem

Voltando para a singular materialidade do periódico, os fatores citados influenciam no formato e no conteúdo do periódico: em 1985, o Boletim passa a ser Revista, aumentam o número de suas páginas, o projeto gráfico agora é diferente, as revistas estampam os temas de discussão, são ilustradas com fotografias, aumentam o número de colaboradores e seções.

O conteúdo, que pautava por um caráter mais informativo cede espaço a artigos privilegiando o debate e a reflexão sobre a Questão Agrária em geral. Amplia-se, com isso, o quadro de colaboradores da Revista que, seguindo o curso dos Boletins, apresenta-se também como móvel precursor dos elementos mais importantes e polêmicos que envolveram e continuam envolvendo a crítica situação agrária brasileira, origem de muitos problemas nacionais do passado e do presente (Revista Reforma Agrária, Ano 22, nº 2, Maio-agosto de 1992, p. 56).

Essa nova roupagem da Revista requer a nova linguagem para um amplo público. Aqui a revista dialoga com as “novas” lutas, ou seja, amplia-se os temas ligados à questão da reforma agrária, e ainda a narrativa assume um discurso que dialoga com os intelectuais na sua definição de *intelligentsia*, estando esses intelectuais na academia, nos partidos, nos sindicatos, nos movimentos sociais, nos órgãos executores e com a dinâmica geral da abertura, que descortinava as novas possibilidades democratizantes da sociedade.

Porém, cabe um breve esclarecimento acerca da linguagem técnica e o caráter da informação veiculada pelo periódico.

No período do regime autoritário, a “técnica” era uma necessidade. Diferente do caráter didático, da apropriação explícita dos canais da cultura popular, verificado no instrumento de propaganda do PCB para os trabalhadores do campo, o Terra Livre (MEDEIROS: 1995), o Boletim da ABRA, na conjuntura do Estado autoritário, divulga um conteúdo de caráter *mais informativo*, porém, técnico. Para a sobrevivência de atuação durante a “linha dura” do governo ditatorial, a divulgação prioritária das benesses econômicas e desenvolvimentistas que a reforma agrária traria ao país,

substitui o caráter puramente propagandístico dos periódicos que cumpria a função organizativa no pré-64⁴⁰.

Nossa entidade reconheceu sempre seu papel limitado na luta por reforma agrária. Não somos nem pretendemos ser uma organização de massas e a reforma agrária ou será uma conquista das massas rurais (conscientizadas e organizadas por suas genuínas organizações) ou não será. Somos uma associação de técnicos, estudiosos professores, sindicalistas, profissionais, convencidos de que o Brasil não pode ir para adiante sem uma verdadeira (hoje, mais do que nunca o adjetivo é necessário) reforma agrária. Estudamos, pesquisamos, escrevemos, publicamos, damos cursos, denunciamos, assessoramos sem distinções ou preferências a todos quantos estejam sinceramente empenhados na luta. Sem nenhuma pretensão de primazia ajudamos a articular, a unir, a somar. Fizemos e vamos continuar fazendo tudo isso. (Revista Reforma Agrária, Ano 15, nº 3, Agosto/Dezembro de 1985)

Não há descompasso entre o período da ditadura e o período que vai da distensão do regime até os últimos exemplares quanto a missão *intelectual* do periódico: a divulgação e o esclarecimento amplo sobre a questão da reforma agrária, como afirma o editorial de 1985. A linguagem técnica permanece no período da transição, como não temem em reafirmar no editorial de 1985 e, testemunham no de 1992 sobre a característica do *debate* e da *reflexão* nesse novo momento construção democrática.

O feitio técnico do periódico da ABRA, expande-se, e “moderniza-se” após a “abertura”, mas, guardadas as devidas proporções, a imbricação de intervenção no campo político do debate permanece, através de um grupo preocupado com a reorganização da estrutura fundiária que fomenta o debate com diversos setores da sociedade (os “de cima” e os “de baixo”) sobre a questão da reforma agrária.

Nessa perspectiva de publicização da importância da reforma agrária foram lançadas 122 publicações da ABRA, sendo 78 edições em formato de Boletim entre 1971 até o ano de 1985 e, 44 em formato de Revista entre 1985 e 2007.

Nos anos iniciais, o formato de Boletim apresentava por volta de 15 páginas e, ainda nesse projeto gráfico, chegou a ser veiculado com 80 páginas, no final de 1970 e começo dos anos de 1980. Já à partir da modificação gráfica, de 1985, quando o

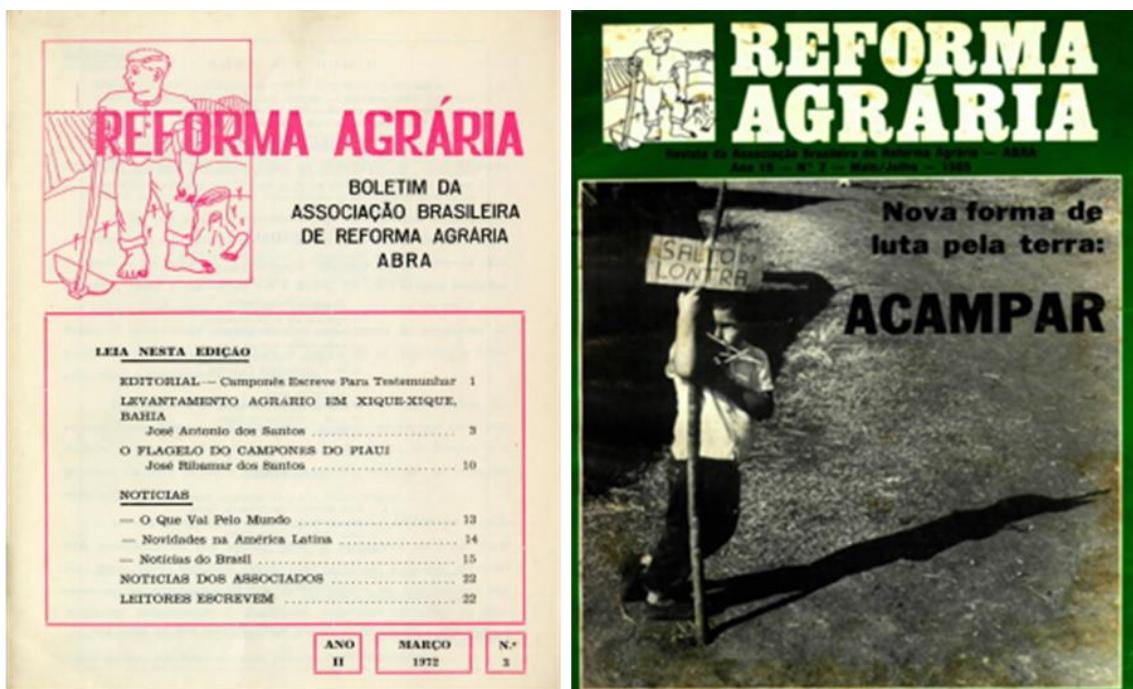
⁴⁰ Outros vários elementos devem ser levados em conta para refletirmos sobre o caráter técnico da publicação na ditadura. Por exemplo, a orientação de José Gomes da Silva e Carlos Lorena, os grandes intelectuais idealizadores da associação. Além disso, como já apontamos, a proposta do periódico é a publicização sobre a questão da reforma agrária e para o “público interessado” e para o esclarecimento público.

Boletim passa a ser Revista, as edições contavam com um número aproximado de 100 páginas, sendo que algumas edições chegaram a ter mais de 200 páginas.

O símbolo da entidade impresso na capa dos periódicos é uma estilização feita por W. Lago de “O Lavrador” (1934), de Cândido Portinari. Não encontramos nenhum relato dos associados que justifiquem a escolha dessa obra social de Portinari como símbolo da ABRA.

As imagens baixo de capas da publicação em diferentes períodos, a primeira de 1972, e a segunda, do ano de 1985, ilustram o que vínhamos falando sobre a mudança gráfica e estética do periódico.

Imagen 1: Capas do Boletim Reforma Agrária, Ano 2, nº 3, Março de 1972 e da Revista Reforma Agrária, Ano 15, nº 2, Maio/Julho de 1985



Fonte: Armazém da Memória – Um resgate coletivo da história.

Considerando que a publicação teve origem nos primórdios áureos do modelo de modernização do agro nos anos de 1970 e, na contracorrente, a Boletim era dirigido, principalmente, aos trabalhadores ligados à área de influência da Contag, a escolha dessa obra de Portinari, sugeria o entendimento da ABRA da importância do homem do campo no processo de desenvolvimento.

De maneira geral, o periódico era padronizado em editorial, os artigos, que tiveram a quantidade variada no transcorrer dos anos, e uma seção denominada Noticiário Especializado/Notícias que compilava notícias de jornais de grande circulação do Mundo, da América Latina e do Brasil.

Realizamos uma leitura na íntegra da publicação da ABRA, apontaremos aqui, algumas observações sobre o conteúdo veiculado nas seções, sobremaneira, as opiniões e análises que ocorreram durante os anos de chumbo. Cabe esclarecer, que outras seções foram incorporadas a essa padronização do periódico, com menos ênfase, apresentaremos algumas observações sobre essas seções também.

A estrutura do Boletim:

- a) O Conselho Editorial da publicação da ABRA era eleito juntamente com a Diretoria e Conselho Deliberativo (ANEXO 2).

A análise desse conteúdo dos editoriais permitiria traçar o itinerário da própria associação, visto que, em vários momentos a revista situa a ABRA no movimento histórico da luta e atuação pela reforma agrária. Vejamos alguns exemplos:

Este começo de 1971 está sendo marcado pelo recrudescimento violento do problema da reforma agrária. Enquanto os conflitos pela posse da terra pipocam desde o Rio Grande do Sul até o Ceará, um anjo bom parece que falou aos ouvidos das supremas autoridades do país, alertando-as para o assunto e levando-as a uma esperançosa atitude de compreensão e comprometimento. Também na imprensa uma alvissareira onda de esclarecimento tem feito com que respeitáveis órgãos de divulgação abram judiciosos editoriais, chamando a atenção do governo e esclarecendo o grandioso público para a necessidade e apoiar esse processo de mudança.

Num único dia, nada menos de três diferentes personalidades lembraram o presidente da República o rumo perigoso que está tomando a questão agrária. Com a simpatia e compreensão de sempre, o presidente Médici pediu paciência, prometendo que irá fazer uma revolução no campo e que o problema será resolvido. (REFORMA AGRÁRIA, Ano 1, 1971, nº 2 a 4)

Frente ao aumento das tensões no campo, à manifestação do ministro da agricultura, e de D. Eugenio Salles em jornais de grande circulação, o editorial faz um apelo, deveras cuidadoso, para que Médici ponha em *marcha a reforma agrária pela qual esperam cinco milhões de famílias sem-terra ou com terra insuficiente que aguardam, há séculos, uma oportunidade de progresso social e econômico*. Esse é o segundo número do Boletim, interessante notar que, em nome das famílias camponesas, a ABRA se dirige ao presidente Médici, envolvendo figuras de destaque, apoiadores do regime.

Importante desse editorial é atentarmos para a pretensa rede de sociabilidade em torno da questão agrária. Não nos aprofundamos sobre o nível de relação dos membros da ABRA com D. Eugênio Salles, por exemplo, sabemos da heterogeneidade do grupo,

porém, acima da intimidade das ideias e relações, estão as possibilidades de atuação nesse momento de silêncio, em que estão reduzidas as forças apoiadoras e as próprias movimentações camponesas. Esse editorial, constrói uma certa coesão da necessidade de redistribuição das terras, tirando do isolamento a defesa da reforma agrária.

Ainda sobre a sociabilidade nesses momentos de exceção, apontamos outro exemplo, agora da real rede de sociabilidade, ABRA e Contag.

Imagen 2 - Editorial. Boletim Reforma Agrária, Ano 2, 1972, nº 5.

CAMPONÊS, ATOR PRINCIPAL

O camponês deve ser o protagonista da Reforma Agrária. Essa tem sido a tônica da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG, que estampa essa legenda na capa do seu antigo periódico.

A esse conceito, REFORMA AGRÁRIA dedica seu número de maio, pois entende que a Reforma não deve ser concessão de políticos no poder ou um presente da tecnocracia, dado que as "provisões legais referentes à Reforma Agrária serão letra morta se não houver organização de trabalhadores rurais para contrabalançar os interesses montados que se opõem à efetiva redistribuição de terras".

As medidas visando a redistribuição de direitos sobre a propriedade privada das terras agrícolas ainda padecem da omissão dos próprios interessados, não obstante sentir-se a necessidade de uma evolução da temática que procure efetivar a participação do camponês através dos seus órgãos representativos.

Sobre o tema, incluímos matéria de estudiosos que procuram ressaltar o papel fundamental reservado aos beneficiários da Reforma Agrária e às suas organizações, no vasto e complexo processo de planejamento, desencadramento e execução do Estatuto da Terra e das leis complementares.

Fonte: Armazém da Memória – Um resgate coletivo da história.

Esse é um editorial dos idos de 1972. Consideramos um bom exemplo para o que vínhamos falando sobre a atuação da ABRA, no texto, podemos perceber a

concepção de reforma agrária do grupo, que inclui a participação da organização dos trabalhadores rurais no processo de reforma agrária, localizando os atores na disputa por hegemonia do projeto de reforma agrária. Tudo com muito cuidado, afinal, a Contag tinha acabado de ser retomada das mãos do interventor do Estado e o restante das lideranças haviam sido aniquiladas.

b) Artigos

A quantidade de artigos publicados e a diversificação de autores alteram na medida em que ocorre um relaxamento do regime ditatorial, isso a quantidade e a diversificação dos autores, como discorremos, está ligado também a ampliação do público-alvo da revista.

Focamos, nos artigos publicados entre os anos de 1971 e 1974, onde o público alvo era, primordialmente, os trabalhadores rurais.

Em nossa pesquisa, realizamos um mapeamento da palavra reforma agrária no Boletim (ANEXO 3), listamos a quantidade de artigos publicados durante esse período do nosso recorte, o vínculo institucional dos autores que expressavam a acepção de reforma agrária.

No ano de 1971, a partir desse nosso mapeamento da palavra reforma agrária, mapeamos 29 textos, contando com editoriais e apresentações dos periódicos.

A empreitada de incluir o trabalhador na discussão e execução da reforma agrária foi abordada, cuidadosamente, em diversos desses artigos. Para isso, diretores da ABRA, de Federações de Trabalhadores (FETAEG-RJ) e o presidente da Contag, José Francisco da Silva e intelectuais ligados às universidades e institutos de pesquisas utilizaram o veículo para interpelar a participação do que era considerado o principal sujeito da transformação no campo.

Em 1971, identificamos avaliações sobre programas de governo para o campo, o Programa de Redistribuição de Terras e de estimula à Agroindústria do Norte e do Nordeste – Proterra/Decreto-Lei 1176 de 06/07/1971 –, por exemplo. Em análise preliminar do presidente da Contag (REFORMA AGRÁRIA, 1971, nº 8), José Francisco da Silva, é prefaciada a função da Confederação na representação dos trabalhadores rurais e colaboração com o poder público com assuntos de interesse nacional para iniciar a análise, precoce (nas palavras de Silva), do decreto-lei.

Silva evidencia que em nenhum dos artigos do Proterra constam menção ao Estatuto da Terra, ao INCRA e à palavra reforma agrária. Após discorrer sobre as

lacunas e dúvidas do decreto, ressalvando o aporte financeiro que foi dado ao programa, conclui da seguinte forma:

A multiplicação de empregadores rurais viria comprometer a própria filosofia que inspirou o Decreto, pois não daria lugar para a realização da Justiça Social, ou seja, a eliminação do desemprego e do subemprego, a criação do amplo mercado interno e a redistribuição de renda, com o consequente desenvolvimento econômico, social, cultural e político, em resumo, com a integração social. (REFORMA AGRÁRIA, 1971, nº 8, 1971, p. 6)

Ainda em 1971, outra publicação interessante para a nossa pesquisa foi o balanço dos sete anos do Estatuto da Terra. Um panorama realizado por um Comitê Especial da FAO foi veiculado durante algumas edições do boletim.

Para oferecer aos interessados aos problemas agrários no Brasil, uma ideia da marcha das ações de Reforma em nosso país, apresentamos um balanço dos sete anos de vigência do Estatuto da Terra elaborado pelo corpo de redatores especializados desse Boletim. Os resultados não são nada animadores, como se verá. Oxalá, porém, o ainda não inaugurado Proterra, consiga recuperar o tempo perdido e o nosso Ministro da Agricultura possa sair a liça para retificar (para melhor) os dados da FAO, também neste terreno.

Contrastando com um pobre desempenho, tanto no terreno da colonização como no tocante às ações de reforma, registramos com júbilo a satisfatória atuação da agricultura, cumprindo a sua parte no processo de crescimento do setor. Duvida-se apenas que a torta do progresso esteja sendo repartida também entre os camponeses. (REFORMA AGRÁRIA, 11971, nº 12, p.2)

Nesses boletins de 1971, eram mobilizados (e mobilizadores) especialistas do Brasil e de fora que apresentaram (ou foram compilados de outras publicações) um panorama das principais ações destinadas ao campo. De maneira geral, como podemos ver no excerto acima, o contraste, “modernização agrícola” x trabalhadores do campo, foi evidenciado ou questionado.

Em 1972, nosso mapeamento identificou textos sobre experiências reformistas (Usina Salgado), Cadastro Rural, Conflitos de Terras no Brasil, participação popular na reforma agrária, migração e direito agrário.

Cabe ressaltar que a publicação sobre conflitos de terras foi a primeira do gênero realizada no país.

Reforma Agrária (o Boletim) focalizando juntamente com outras notícias do país e do mundo, este estudo sobre a sistematização dos conflitos de terra quer salientar o enorme contingente humano nele envolvido, 149.198 pessoas vitimadas por problemas oriundos da posse da terra em um único ano. Representa esse número quase a população somada dos territórios de Rondônia o que dá bem a ideia da dimensão do problema analisado (REFORMA AGRÁRIA, 1972, nº4, p.2).

O primeiro levantamento sobre os conflitos de terra no país foi realizado por José Gomes da Silva e sua filha, Vera Lúcia Gomes da Silva.

Utilizaram como metodologia a análise de dados publicados no ano de 1971 em jornais impressos de grande circulação, Jornal do Brasil, O estado de São Paulo e Correio Popular, classificando as notícias em: conflitos simples, conflitos com invasão, conflitos com um ferido e/ou famélico, conflitos com mais de um ferido e/ou famélico, conflito com uma morte e conflito com mais de uma morte.

Dentre as conclusões, que apontam um maior número de conflitos nas áreas consideradas prioritárias no nordeste, apontaram: (...) *Os fatos aqui tabulados parecem dar razão à escola estruturalista dos economistas rurais brasileiros que preconizam uma reforma agrária como condição motora para oacionamento do desenvolvimento da nossa agricultura, principalmente em sua dimensão social e humana.* (IDEM, p. 10)

Em 1973 o mapeamento da palavra reforma agrária realizado na nossa pesquisa identificou os temas da colonização e reforma agrária, da construção da Transamazônica e do modelo de produção coletiva.

O artigo de José Gomes sobre a Transamazônica (REFORMA AGRÁRIA, 1973, nº 1, pp. 4-17) é bastante ilustrativo das discussões que cercavam o debate da reforma agrária naquele decênio. Propõe uma abordagem “pragmática”, após visita *in loco* analisando os determinantes, clima, terra, homem e infraestrutura do maior empreendimento rodoviário dos militares, comparando com o processo de colonização executado no Norte do Paraná.

Nessa análise agronômica de 1973, o clima da Amazônia, quente e úmido, é apresentado como uma grande incógnita para a realização de uma agricultura permanente, isso porque Gomes relaciona o clima com a exploração das terras desmatadas: (...) *na Amazônia a grande incógnita continua a ser mesmo a magnitude da*

área dos solos férteis que poderão sustentar uma população agrícola permanente, depois de passada a fase de euforia das derrubadas, das inaugurações e dos subsídios oficiais. (REFORMA AGRÁRIA, 1973, nº 1, p. 8).

O determinante, homem, foi abordado por Gomes a partir dos deslocamentos populacionais para a região norte, a maioria homens com experiência na terra vindos do sul, do nordeste e do sudeste, porém, Gomes assim alerta um possível problema: *Não paira qualquer sombra de dúvida que, a partir desse material humano a colonização da Amazônia não sofrerá tropeços. Parece também que a terrofagia que anima os desbravadores do sertão, determinará, muito cedo, a criação dos mesmos problemas fundiários que afetam atualmente a área já ocupada do país* (IDEM, pp. 10 e 11).

No subtítulo do artigo, *O INCRA, a infraestrutura e a organização assistencial*, o agrônomo aborda os serviços governamentais instalados no local apontando para a falta de comunicação com os órgãos nacionais, vejamos sua consideração sobre o INCRA: (...) *As decisões são quase todas tomadas a nível local. Chama mesmo a atenção o descompasso de informação existentes nos altos conselhos da autarquia. Apenas uma ida ao local pode mesmo dar uma ideia do que acontece na “linha de frente”. Não se tem ideia da coisa ouvindo o INCRA em Brasília. E o pessoal do Rio, então, está completamente “por fora”* (IDEM, p. 12).

Sua conclusão, nesse artigo que selecionados por representar um grande exemplo das discussões da década de 1970, exalta os trabalhos técnicos dos executores do INCRA e alerta para a devastação ambiental e para o uso irregular da terra e, ao mesmo tempo, introduz uma reflexão sobre a sobreposição da colonização à “autêntica reforma agrária”.

A maioria dos artigos do ano de 1974, ano do governo Geisel, aborda o tema central e amplo da questão da reforma agrária. Após reunião da diretoria executiva da ABRA, em abril de 1974, com o Ministro da Agricultura, com o Ministro do Interior e com o presidente do INCRA. Nessa reunião, segundo José Gomes da Silva, a ABRA apresentou sua percepção sobre os problemas ligados à tenência da terra no país e percebeu que o diálogo estava aberto pela “gente nova no leme”.

De maneira geral, nesse período, 1971-1974, os textos eram curtos e bem diretos, essa forma, como já dito, facilitava a circulação e o diálogo com o público alvo, os trabalhadores e os STRs. A grande maioria dos artigos eram de autoria da própria ABRA e da Contag.

c) Noticiário Especializado/Notícias

Essa seção, constitui-se um rico e para pesquisarmos as publicações da grande imprensa acerca da questão fundiária brasileira, da questão da reforma agrária, dos conflitos pela terra, enfim, o interessante dessa proposta do Boletim, explicitado no primeiro editorial de 1971, de *transcrever as notícias mais interessantes que as publicações especializadas e os jornais do país estamparem sobre os problemas ligados à posse e uso de terra* (REFORMA AGRÁRIA, Ano 1, nº 1).

Basicamente, incluindo a seção “Leitores Escrevem”, já comentadas no nosso trabalho, eram essas as seções do Boletim Reforma Agrária nesses períodos iniciais da publicação. Por conta de nossa leitura integral do periódico, apontaremos (brevemente) algumas considerações sobre outras seções que surgiram, devido a importância de seus conteúdos para o entendimento da atividade da ABRA.

Em 1980 (Ano 11, nº 4 e nº 5) os editores solicitam aos autores de obras relacionadas com a questão agrária a doação de livros para a associação, para a formação de uma biblioteca pública. Essa seção, inicialmente denominada “Livros Novos” passa a apresentar resenhas de obras sobre o rural, geralmente realizadas por diretores da ABRA e colaboradores frequentes do Boletim;

Ainda no período do convênio com a Contag mais uma seção acontece, “Estatísticas e Indicadores”. Na edição de Janeiro/Fevereiro de 1981 (Ano 11, nº 1) solicitam aos leitores o envio de informe e dados dos seus respectivos estados e regiões para a divulgação. Nessa seção tinham a pretensão de informar aos trabalhadores e leitores não especializados os dados produzidos por órgãos responsáveis e pesquisas sobre os Indicadores de Conjuntura (índices de custo de vida, inflação, salários rurais, preços da terra e arrendamento etc.); Indicadores agropecuários (dados – resumidos e organizados – dos censos agropecuários e demográficos, cadastro do INCRA etc.) e; Indicadores sociais (estatísticas sobre qualidade de vida dos trabalhadores, nível de emprego e outras informações relevantes).

“Direito e questão agrária” inicia no ano de 1981 (Ano 11, nº 3), já no número seguinte, a seção passa a se chamar somente “Direito agrário”. Nesta seção, assim como na Estatísticas e indicadores, é solicitado aos leitores o envio de informes e dados das regiões. Precede um texto assinado pelos responsáveis da seção:

(...) Reforma Agrária introduz em suas páginas uma nova seção: Direito e questão agrária. Neste número apresentamos a necessidade de uma Justiça agrária. Além disso pretende-se divulgar tópicos referentes a legislação e jurisprudência de interesse de trabalhadores rurais. Finalmente, sempre que necessário, denúncias serão feitas nos casos em que advogados, juízes, estagiários de Direito sejam ameaçados ou impedidos de exercerem suas funções no cotidiano de atendimento à população rural. Não é novidade dizer que as relações sociais no campo são regidas por um conjunto de leis nem sempre justas. Ainda assim, é a partir delas que vêm atuando tanto os profissionais de direito como o movimento sindical. Instrumentalizá-los com abordagens críticas e informações sobre a legislação é o nosso objetivo principal com esta seção. (Boletim Reforma Agrária, Ano 11, nº 3, Maio/Junho, 1981).

Mesmo sem podermos apresentar as informações recolhidas sob forma sistemática, acompanhando-as de comentários, podemos dizer que essa iniciativa da ABRA, a publicação Reforma Agrária, cumpria o seu objetivo maior, que era o de servir de ponto de referência para todos os partidários da reforma agrária e evitar, por conseguinte, uma dispersão de esforços em torno do movimento agrorreformista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Democracia que me engana, na gana que tenho dela, cigana se revela; democracia que anda nua, atua quando me ouso, amua quando repousa. (...) Democracia que me abraça, com tua graça mentira, disfarça essa covardia; democracia não me fere, mira aqui no meio, atira no meu receio. (...) Democracia que escorrega, na regra não se pendura, na trégua não se segura. (...) Democracia não se dita, maldita seja se dura, palpita pela doçura. O demo, o demo, a demora, é a democracia.

A Democracia, de Tom Zé e Vicente Barreto, gravada no show No jardim da política em 1984.

Com o golpe de 1964 é imposto ao país o projeto de desenvolvimento do capitalismo brasileiro que se revela como um curso modernizador com alto custo social, sob a condução de um Estado autoritário. No campo teve lugar uma modernização agrícola que não previa mudança da estrutura fundiária e que omitia a história anterior a 1964, de movimentação dos trabalhadores rurais por uma verdadeira reforma agrária.

O golpe de 1964, sob o ponto de vista estritamente econômico, não representou nenhuma mudança radical, sendo responsável pelo aprimoramento e consolidação do modelo implantado desde 1955. Bastava, para tanto, recriar as bases do financiamento das inversões necessárias à retomada da expansão e institucionalizar o processo da concentração oligopolística que já vinha ocorrendo, só que de modo desordenado e caótico. Dentro deste quadro, o favorecimento da grande empresa era o seu objetivo. O arrocho salarial sua estratégia. O combate à inflação sua justificativa legitimadora. O “milagre” veio a ser seu resultado (FONTES & MENDONÇA, 2006, p. 21)

Tudo isso num contexto de intensa repressão. Economicamente, de maneira geral, nos anos de 1964 a 1968, ocorreu um pequeno crescimento, já na fase seguinte, de 1968 à 1974 verificou-se o “milagre econômico no país”, com índices altos de crescimento.

No campo, o projeto de desenvolvimento que vencia a disputa, incorporava o aprofundamento das relações da agricultura com a indústria, relação estritamente ligada ao mercado externo (DELGADO, 1985) e, como dissemos, após o aniquilamento dos atores em luta e a institucionalização da Lei que regulamentaria o uso e a ocupação da

terra, a disputa ideológica pela reforma agrária de dava de maneira combativa, porém com toda a cautela necessária à sobrevivência.

Dessa maneira, a ABRA, após sua institucionalização trabalhou junto aos atores que estavam se rearticulando pela defesa de alguns pontos que haviam sido deixados de lado no Estatuto da Terra. Esse trabalho da ABRA, como vimos, se deu em dois níveis: “por cima” e “por baixo”. Partimos desse entendimento, de que a ABRA assumiu a forma de um *transformismo de registro positivo* na especificidade da revolução burguesa brasileira, atuando no período de extrema violência da ditadura, cautelosamente em defesa dos maiores interessados na alteração da estrutura e uso da terra.

Sua atuação “por cima” foi porque ao longo da existência da associação, aqueles homens sempre estiveram envolvidos na instância do governo, seja de maneira dialógica, seja na elaboração de políticas de reforma agrária, isso desde antes a sua criação. O interessante é que as experiências individuais dos integrantes do grupo eram reproduzidas nas políticas posteriores. Vide a divergência acerca da tributação como instrumento de reforma agrária verificada no GRET, onde José Gomes e Lorena defendiam a desapropriação por interesse social.

Ainda sobre a participação de alguns intelectuais da ABRA na formulação de políticas, já no período da abertura, portanto, fora do nosso recorte, as defesas do que seria a representação de uma reforma agrária autêntica, como diria José Gomes, tiveram grande participação da associação. Como sabemos, a Campanha Nacional de Reforma Agrária, apresentou a proposta mais ousada em termos de reforma social.

Nesse ponto o “por cima” e “por baixo” se mesclam, pois, um dos pontos mais debatidos e divulgados pela ABRA foi a necessidade de participação na formulação e acompanhamento das leis e políticas de reforma agrária dos maiores interessados, os trabalhadores rurais (para usar um termo conquistado pela luta social).

Não ocorreu descompasso entre o período da ditadura e o período que vai da distensão do regime no que diz respeito à atuação da associação “por baixo”. Percebemos que a missão intelectual da entidade e de seu periódico cumpriu a função conjunta de atuação e mobilização junto aos interessados – junto à Contag – e a divulgação e o esclarecimento amplo sobre a questão da reforma agrária, como afirma o editorial de 1985.

O interessante desse mergulho no material ideológico da ABRA foi justamente perceber a importância do Boletim (e da Revista) como instrumento mobilizador da

necessidade da reforma agrária. Essa fonte (e objeto) nos indica diversos olhares e possibilidades de análises, que não se esgota com essa dissertação, estando entre elas, a própria dinâmica e posicionamento do grupo sobre a reforma agrária, ou ainda a personificação da ABRA na figura de José Gomes da Silva.

No Boletim podemos perceber as arenas das batalhas culturais político ideológicos que se digladiam forças a favor e contrárias à reforma agrária, sejam esses espaços a institucionalização das leis ou no espaço físico da sociedade, e mais, podemos identificar o posicionamento da associação em favor de uma verdadeira transformação do meio rural.

Nesse nosso recorte, 1971-1974, mesmo com os principais intelectuais não identificados com a esquerda, as ideias divulgadas eram praticamente as defendidas no pré-1964 por mediadores dos camponeses e trabalhadores rurais onde a participação social e a justa distribuição de terras para os homens que nela trabalham foi e continua sendo o cerne.

BIBLIOGRAFIA

- AARÃO REIS, Daniel e FERREIRA, Jorge (orgs.). *Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- ANDRADE, M. C. de. *As tentativas de organização das massas rurais – As Ligas Camponesas e a sindicalização dos trabalhadores no campo*. In: _____. *A Terra e o homem do nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1963.
- AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa e Estado autoritário (1968-1978)*. Bauru: Edusc, 1990.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.
- BARRETO, Leda. *Julião, Nordeste e Revolução*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1963.
- BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.
- BOBBIO, Norbert. *O Conceito de Sociedade Civil*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- BROOKE, Nigel. *O Escritório da Fundação Ford no Brasil, 1962-2002: Um Apanhado Histórico*. In: BROOKE, N. e WITOSHYNISKY, M. (orgs.). *Os 40 Anos da Fundação Ford no Brasil: Uma Parceria para a Mudança Social*. São Paulo/Rio de Janeiro: Edusp/Fundação Ford, 2002.
- BRUNO, Regina L. *Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRRJ, 1997.
- _____. *Guardiões da Reforma Agrária. Servidores públicos e técnicos em defesa de uma reforma agrária durante a ditadura militar do Brasil*. Revista Tempos Históricos, v. 1, p. 71-97, 2012.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 15º edição, 2012.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaio sobre ideias e formas*. 4º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

- CÔRTES, Jonival Ferreira. *Resistência e Legalismo. A Ação da ABRA em defesa do Estatuto da Terra (1967-1987)*. 1990. 127 p. Dissertação de Mestrado (História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- COSTA, Luiz Flávio de Carvalho. *Sindicalismo rural brasileiro em construção*. Rio de Janeiro: Forense Universitária – UFRRJ, 1996.
- DE ABREU, Alzira Alves et al. (Ed.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro, pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2001.
- _____, Raimundo N. (orgs.), *Política e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- DELGADO, Guilherme Costa. *A questão agrária no Brasil, 1950-2003*. In: *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília: IPEA, 2005.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.
- FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- GANDINI, Raquel Pereira Chainho. *Intelectuais, Estado e Educação: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 1944-1952*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1995.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. (volumes 2 e 3 e 5)
- _____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- _____. *Pasado y presente*. Buenos Aires: Granica, 1974.
- GRYNSZPAN, Mario. *O período Jango e a questão agrária: luta política e afirmação de novos atores*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- IOKOI, Zilda Grícoli. *Igreja e camponeses: Teologia da Libertação e movimentos sociais no campo (Brasil e Peru, 1964-1986)*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- JULIÃO, Francisco. Que são as Ligas camponesas. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1962
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.
- MARCONI, Paolo. *Censura política na imprensa brasileira (1968-1978)*. São Paulo: Global Editora, 1980.
- MARTINS, José de Souza. *Reforma agrária – o impossível diálogo*. São Paulo: Edusp, 2001.

- _____. *Camponeses e a Política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis – RJ: Vozes, 1981.
- _____. *O cativeiro da terra*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- _____. *Caminhada no chão da noite: Emancipação política e libertação nos movimentos sociais*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- _____. *Sobre o modo capitalista de pensar*. São Paulo: Hucitec, 1976.
- _____. *Expropriação e violência: A questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 2º ed, 1982.
- _____. *A Reforma Agrária e os limites da democracia na “Nova República”*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- _____. *Reforma Agrária: O impossível diálogo*. São Paulo: Edusp, 2004.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- _____. *Reforma Agrária no Brasil: História e atualidade da luta pela terra*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. – (Coleção Brasil Urgente).
- _____. *A Questão da Reforma Agrária no Brasil (1955-1964)*. 1982, 150 p. – Tese de Mestrado (FFLCH) – Universidade de São Paulo.
- MENDONÇA, Sônia R. de. *A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- _____. *Agronomia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1999.
- _____. & FONTES, Virgínia. *História do Brasil recente (1964-1992)*. 5º edição – Série Princípios. São Paulo: Ática, 2006.
- MEIHY, J. C. S. B. *Manual de História Oral*. 4º ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- MOORE Jr., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia – Senhores e camponeses na construção de um mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MORAES, Sônia Helena Novaes Guimarães. *O Estado e a propriedade agrária no Brasil: Fórmulas jurídicas e vigência política*. 1987. 230 p. – Dissertação de Mestrado (Departamento de Direito do Estado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.
- MORAIS, Clodomir. *História das Ligas Camponesas do Brasil*. Brasília: Edições Iattermund, 1997.
- NOVAES, Regina Reyes. *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Graphia editorial, 1997.

- PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e Questão Agrária. *Revista de Estudos Avançados*, Volume 3, nº 7. São Paulo, Setembro/Dezembro, 1989.
- PARANHOS, Adalberto. O roubo da fala. Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- PRADO JUNIOR, Caio. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- _____; FERNANDES, Florestan. *Clássicos sobre a Revolução Brasileira*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2º ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- RICCI, Rudá. *Terra de Ninguém: representação sindical no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.
- _____. *Terra de ninguém: O sistema confederativo rural em crise*. Reforma Agrária, Ano 24, nº 1, janeiro-abril de 1994.
- SANTOS, Raimundo. *Caio Prado Junior na cultura política brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2001.
- _____. *O marxismo político de Armênio Guedes*. In: SANTOS, Raimundo (Org.). *O marxismo político de Armênio Guedes*. Brasília: Fundação A Pereira/Contraponto, 2012, v. 1, p. 21-67.
- _____. *Agraristas políticos brasileiros*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2007.
- _____. *A importância da tradição pecebista*. Brasília: Astrojildo Pereira, 2009.
- _____. *O agrarismo sindical do PCB*. Brasília: Astrojildo Pereira, 2002.
- _____. *Caio Prado Jr. na Cultura Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Maud/Faperj, 2001.
- _____; et al (orgs.). *Mundo Rural e Política*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- _____. *Questão agrária e política: autores pecebistas*. Seropédica-RJ: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996.
- _____. *Modernização e política*. Rio de Janeiro/Seropédica: Mauad / EDUR, 1996.
- _____. *A Primeira Renovação Pecebista: Reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.
- SARLO, Beatriz. *Intelectuales y revistas: razones de una práctica*. En : America, Cahiers du CRICCAL, París, Sorbonne la Nouvelle, Núm. 9-10 (1992).
- _____. *Intelectuais: Cisão ou mimese?* In: Paisagens imaginárias – Intelectuais, Arte e Meios de Comunicação. São Paulo: Edusp, 2005.

- SILVA, José Gomes da. *A Reforma Agrária no Brasil: Frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento?* Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- _____. *Caindo por terra: crises da Reforma Agrária na Nova República*. São Paulo: Busca Vida, 1987.
- _____. *Buraco Negro – A reforma agrária na Constituinte*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1989.
- _____. *A Reforma Agrária brasileira na virada do milênio*. 2º edição. Maceió: Edufal/ABRA, 1997.
- SILVA, José Graziano da. *Por uma Reforma Agrária não essencialmente agrícola*. In:
- _____. *Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária*. 2º edição. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SIRINELLI, Jean-François. *Os Intelectuais*. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.
- TMOTHEO DA COSTA. *Operação Cavalo de Tróia: A ação Católica Brasileira e as experiências da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Universitária Católica (JUC)* in: AARÃO REIS, Daniel e FERREIRA, Jorge (orgs.). *Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 433-450.
- THOMPSON, E. P. Senhores e Caçadores. A origem da Lei Negra. Tradução de Denise Bottman. 2º edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- TOLENTINO, Célia A.F. *A Revisão Agrária Paulista: a modernização do campo do Governo Carvalho Pinto, 1960*. Tese de Mestrado, Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, mimeo, 1990.
- VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 2º edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.
- Revista Reforma Agrária, nº 1, 1971; nº1-3, 1996; nº.1, 2005. E outras edições.
- Revista Estudos Sociedade Agricultura, nº6, julho 1996: 36-48. E outras edições.
- Filme: **ABRA 40 anos- Memória da Luta pela Terra**. Realização: ABRA, 2007.
- Sítio: <http://www.armazemmemoria.com.br/>

ANEXOS